

G
g
y
i
k
p
A
s
k
d
V
z
b
f
C
T
f
G
M
w

T
TextO
D para
DiscussãO

22

A Liberalização Econômica da
China e sua Importância para as
Exportações do Agronegócio Brasileiro

ISSN 1677-5473



*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Secretaria de Gestão e Estratégia
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*

Texto para Discussão 22

A Liberalização Econômica
da China e sua Importância para
as Exportações do Agronegócio Brasileiro

Antônio Luiz Machado de Moraes

Embrapa Informação Tecnológica
Brasília, DF
2004

Exemplares desta publicação podem ser adquiridos na:

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Edifício-Sede da Embrapa
Secretaria de Gestão e Estratégia
Parque Estação Biológica – PqEB – Av. W3 Norte (final)
CEP 70770-901 Brasília, DF
Fone: (61) 448-4449
Fax: (61) 448-4319

Editor da série
Antônio Jorge de Oliveira

Coordenador Editorial
Vicente G. F. Guedes

Corpo editorial
Antônio Flávio Dias Ávila
Antônio Jorge de Oliveira
Antônio Raphael Teixeira Filho
Ivan Sergio Freire de Sousa
Levon Yeganiantz

Produção editorial e gráfica
Embrapa Informação Tecnológica

Revisão de texto e tratamento editorial
Francisco C. Martins

Normalização bibliográfica
Celina Tomaz de Carvalho

Editoração eletrônica
José Batista Dantas

Projeto gráfico
Tênisson Waldow de Souza

1ª edição

1ª impressão (2004): 500 exemplares

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,
constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP
Embrapa Informação Tecnológica

Moraes, Antônio Luiz Machado de.

Liberalização econômica da China e sua importância para as exportações
do agronegócio brasileiro / Antônio Luiz Machado de Moraes. – Brasília,
DF : Embrapa Informação Tecnológica, 2004.
92 p. ; 21 cm – (Texto para Discussão, ISSN 1677-5473 ; 22)

1. Agrobusiness. 2. Brasil. 3. China. 4. Comércio exterior. 5. Economia.
6. Exportação. I. Título. II. Série.

CDD 382.0981

© Embrapa 2004

Apresentação

Texto para Discussão é um veículo utilizado pela Secretaria de Gestão e Estratégia, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa –, para dinamizar a circulação de idéias novas e a prática de reflexão e de debate sobre aspectos relacionados à ciência, à tecnologia, ao desenvolvimento agrícola e ao agronegócio.

O objetivo dessa série é fazer com que uma comunidade mais ampla, composta de profissionais das diferentes áreas científicas, debata os textos apresentados, contribuindo para o seu aperfeiçoamento.

O leitor poderá apresentar comentários e sugestões, assim como debater diretamente com os autores, em seminários especialmente programados, ou utilizando qualquer um dos endereços fornecidos: eletrônico, fax ou postal.

Os trabalhos para esta série devem ser enviados à Embrapa, Secretaria de Gestão e Estratégia, Edifício-Sede, Parque Estação Biológica – PqEB –, Av. W3 Norte (Final), CEP 70770-901 – Brasília, DF. Contatos com a Editoria devem ser feitos pelo fone (61) 448-4449 ou pelo fax (61) 448-4319.

Os usuários da Internet podem acessar as publicações pelo endereço <http://www.embrapa.br/unidades/uc/sge/textdiscussao.htm/>. Para os usuários do Sistema Embrapa, basta clicar em **novidades**, na Intranet.

O Editor

Sumário

Introdução	9
Antecedentes da Abertura Econômica da China	13
A Modernização da China	17
Crescimento da Economia Chinesa	23
Distorções Econômicas	28
Investimentos Externos Diretos (IED)	33
Comércio Exterior	41
Conseqüências da Acesso da China à OMC	55
Desenvolvimento Agrícola	59
Política Agrícola	65
As Relações Bilaterais Brasil – China e suas Perspectivas	71
Conclusão	80
Referências	86

22



A Liberalização Econômica
da China e sua Importância para
as Exportações do Agronegócio Brasileiro

Antônio Luiz Machado de Moraes¹

¹ Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa – e economista da Secretaria de Política do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SPA/Mapa.

Introdução



ocorrência de surtos continuados de elevado desenvolvimento econômico no continente asiático, primeiramente Japão, depois os chamados tigres (Coréia do Sul, Taiwan, Malásia, Filipinas), e mais recentemente os novos tigres ou dragões, sobretudo a China, constitui um fenômeno intrigante e revelador. Intrigante pelo seu caráter inédito e peculiar, e revelador por terem adotado, com êxito, um modelo de economia aberta, fortemente baseado nas exportações.

A exemplo do Brasil, no período 1978 – 1983, outros países experimentaram elevadas taxas de crescimento econômico, mas não se sustentaram, principalmente por tratar-se das economias fechadas, o que era uma prática dominante até os anos 80, exceto pioneiramente entre os tigres asiáticos. A partir de então, gradualmente prevalece, entre países ricos e pobres, uma onda liberalizante que faz parte da chamada globalização, considera como o caminho a seguir para a superação dos problemas econômicos nacionais e a promoção do desenvolvimento econômico.

Ainda que a implementação dessa nova ordem econômica – liberal ou neoliberal – suscite questionamentos de toda ordem, essa é uma tendência inexorável, que certamente se consolidará à medida que cada país reformule, adequada e consistentemente à sua realidade, suas políticas nas áreas de economia, educação, ciência e tecnologia, e se capacite institucionalmente, de forma a assegurar o almejado desenvolvimento sustentável, a

exemplo dos países asiáticos. Esse é o caminho que o Brasil segue desde o final dos anos 80, e está empenhado em restabelecer os equilíbrios interno e externo da economia e manter a inflação sob controle, em cujo sentido é vital que as propostas de Reforma Fiscal e da Previdência, encaminhadas ao Congresso pelo atual governo, sejam aprovadas.

Entretanto, ainda permanece reduzido o grau de abertura da economia brasileira, o que por si só representa uma oportunidade a ser explorada para a redução da dependência externa e fortalecimento da capacidade produtiva do País, constituindo-se, assim, base de sustentação da retomada do desenvolvimento. Esse objetivo tem, na agricultura e na agroindústria, um de seus principais trunfos, pois essas atividades são intensivas em mão-de-obra, contribuindo assim para maior geração de emprego e menor uso de capital, liberado para outros usos; seus investimentos têm maior capacidade de resposta, elevada relação capital produto e menor prazo de maturação relativamente aos demais setores e, por fim, são altamente competitivas. Considerando que aqueles setores respondem por cerca de 30% do PIB, 40% das exportações, 37% do emprego, e geram elevado superávit comercial (US\$ 20,34 bilhões em 2002), infere-se da sua importância estratégica para a economia brasileira em termos de geração de emprego, renda e divisas necessárias ao equilíbrio das contas externas.

Seja em relação aos produtos agrícolas e industriais ou aos serviços, segundo as vantagens comparativas de cada país, observa-se de forma generalizada entre as nações, o empenho na expansão de suas exportações com uma ênfase renovada que rivaliza com os tempos do

mercantilismo, o que é particularmente verdadeiro em situações de crise, quando se busca compensar, no mercado internacional, as limitações do mercado interno. E com mais forte razão os países em desenvolvimento recorrem aos investimentos externos diretos e aprofundam sua inserção na economia mundial como parte de sua estratégia de crescimento.

Dentre esses países, a China se destaca pela rapidez e profundidade de sua abertura econômica e pelos resultados alcançados. Trata-se de uma experiência exitosa que, por suas características e similaridades com a realidade brasileira, convém ser estudada atentamente e pode oferecer exemplos inspiradores para o esforço similar de modernização, abertura econômica e comercial, e de promoção do desenvolvimento. Assim, cabe destacar o tamanho da população da China, 1,3 bilhão de pessoas, e de seu mercado, sua condição de importador agrícola, a ser certamente revigorada em decorrência de seu ingresso na OMC em dezembro de 2001², e a continuidade do chamado milagre econômico de elevadas taxas de crescimento.

A atual importância da economia chinesa e a posição de destaque que deverá assumir no cenário internacional nas próximas décadas atraem para si a atenção e o interesse das demais nações, seja em função das oportunidades ou das ameaças que ela representa. Esse é o caso do Brasil, que desde o início da década passada segue uma política agressiva de promoção comercial, por meio de ações de marketing e de financiamento das exportações, com ênfase para a conquista de novos mercados e

²A China é o 143^o membro da Organização Mundial do Comércio – OMC – e o protocolo de sua adesão consta do documento WT/L/432, que se encontra disponível no endereço eletrônico daquela organização: <http://www.wto.org/english/thewto_e/acc_e/completeacc_e.htm>.

diversificação da pauta de exportações. A China é um dos destaques dessa orientação, que abrangeu a realização de inúmeras missões empresariais e de governo àquele país, onde foi criado, recentemente, mais um Setor de Promoção Comercial – Secon, sediado no Consulado do Brasil, em Xangai.

Esses esforços contribuíram para que as exportações brasileiras praticamente dobrassem ao longo dos anos 90 e experimentassem crescimento revigorado nos últimos anos, atingindo US\$ 73,0 bilhões em 2003. Desse total, 42% correspondem às exportações do agronegócio, sendo que de janeiro a agosto de 2004 atingiram US\$ 26,0 bilhões.

Considerando ser o Brasil um dos principais países exportadores de produtos agrícolas, a importância destes na pauta de exportações para a China e as possibilidades de sua expansão, em decorrência do aumento da renda e aprofundamento da abertura comercial daquele país nos próximos anos, este trabalho tem por objetivo:

- Analisar as principais reformas econômicas realizadas pelo governo Chinês, com ênfase para o setor agrícola.
- Analisar o comportamento dos principais indicadores de desempenho de sua agricultura.
- Analisar a balança comercial agrícola entre os dois países e os compromissos assumidos pelo país em matéria de agricultura, por ocasião de sua entrada na OMC, e seus possíveis efeitos para o Brasil.

Antecedentes da Abertura Econômica da China



pós mais de um século de crise política e instabilidade econômica, em 1911 termina o regime imperial chinês, mas esse cenário continua presente até 1949. Em 1921, é criado o Partido Comunista Chinês – PCC –, predominantemente rural, mas o poder permanece com o Partido Nacionalista – PN –, formado pela burguesia e comandado por Chiang Kai-shek, os quais se unem para combater os japoneses, que após se apoderarem da Manchúria, em 1931, invadem a China. Somente com o fim da Segunda Guerra Mundial é que os japoneses, enfraquecidos pela derrota, em 1945 rendem-se aos chineses, que passam a enfrentar uma guerra civil entre o partido PCC, cujo líder supremo é Mao Tse-Tung, e o partido PN. Em 1949, o fim desse conflito é marcado pelo refúgio de Chiang Kai-shek na ilha de Taiwan, onde instalou um governo nacionalista, e pela proclamação da República Popular da China, presidida por Mao Tse-Tung no período 1954 – 1959.

Ao longo do período 1949 – 1958, é empreendido um trabalho de reconstrução da economia chinesa, com base no modelo adotado pela União Soviética, de planificação central e ênfase na indústria pesada, que se destaca pela coletivização das atividades produtivas, pela disseminação de indústrias pelo país, inclusive na zona rural, e por uma mal sucedida reforma agrária. O mesmo ocorre em relação à estratégia do chamado Grande Salto para Frente, lançado por Mao Tse-Tung em 1958, e o país enfrenta grave crise de abastecimento que culminou numa situação de *famine*, ocorrida em 1959/1960.

Apesar da condição caótica do país, os desgastes do poder político foram contornados com o advento da Revolução Cultural, e a intervenção do exército em 1968 e 1969.

Apesar dos graves problemas enfrentados por Mao Tse-Tung ao longo dos 27 anos de seu governo, a China experimentou avanço em diferentes áreas, como as de educação e cultura, infra-estrutura física e social, desenvolvimento agrícola e industrial, formando uma base para o período seguinte de abertura econômica. Assim, a China saiu de sua condição feudal e o país é unificado, experimentando um crescimento econômico de 5% ao ano. Houve um crescimento real da agricultura, apesar da renda agrícola ter se mantido baixa, e o país continuou a ampliar e modernizar sua rede de estradas de ferro, triplicando-a em relação a 1949 para 70.000 km³ (Sukup, 2002), e tornou-se potência industrial sem qualquer ajuda externa.

A China contava também com importantes reservas de hulha, da ordem de 650 milhões de toneladas, e já havia se tornado importante produtor mundial de aço, sendo que 98% a 99% dos habitantes eram beneficiados pela eletrificação do país. Em 1995, era o sexto maior produtor mundial de petróleo (Encyclopedia Yahoo, 2003) e, nos anos 90, tornou-se o maior produtor de carvão. Sua produção, que em 1949 era de 30 milhões de toneladas, passou para 500 milhões em 1976, e superou 1,1 bilhão em 1990 (Sukup, 2002).

³ Apesar dos esforços de Mao, a China era dotada de menos infra-estrutura que outros países em desenvolvimento. Embora fosse de menor dimensão territorial, a Índia contava com uma disponibilidade de km de ferrovia 25% superior. Isso porque os países que tiveram com a China uma relação de colonizadores (Estados Unidos, Inglaterra, França, Rússia e Alemanha), não participaram de forma alguma na construção da infra-estrutura do país (Thurow, 1996). Por sua vez, Mao era favorável à auto-suficiência regional e não investiu em infra-estrutura tal como ocorrido em outros países comunistas, especialmente na Rússia.

No início dos anos 70, a China inicia sua abertura política externa⁴ e passa a fazer parte da Organização das Nações Unidas – ONU –, assina um tratado de paz com o Japão, recebe a visita do então presidente americano Richard Nixon em 1972, e reata relações diplomáticas com os Estados Unidos, o mesmo ocorrendo em relação a outros países, como foi o caso do Brasil, em 1974. Isso não por mera coincidência histórica, mas em decorrência do objetivo político de estabelecer uma aliança com os Estados Unidos contra a Rússia (Bo, 2003), e ao mesmo tempo recuperar a acentuada pobreza e atraso tecnológico e produtivo decorrente de um isolamento quase absoluto mantido desde 1949. Essa política de abertura externa chinesa, idealizada pelo então premier Chou-En-lai foi precursora das reformas econômicas liberalizantes que se sucederiam sob o comando de Deng Xiaoping. Assim, a suspensão do embargo comercial dos Estados Unidos e a normalização de suas relações diplomáticas permitiram que a China importasse produtos com tecnologia de ponta e, no final dos anos 70, tivesse condições de iniciar a abertura econômica.

Após a morte de Mao, em 1976, sua ideologia extremista, baseada na luta de classes, foi substituída pelo pragmatismo defendido por Deng Xiaoping, centrado numa política liberal de desenvolvimento econômico, cujo êxito representaria a verdade final, mas preserva a orientação socialista e a liderança do Partido Comunista. O próprio Deng (Xiaoping, 1984, p. 171-180) defendia os princípios a seguir mencionados como pré-requisitos básicos para que fosse alcançada a almejada modernização do país:

⁴Em 1980, a China torna-se membro do Fundo Monetário Internacional – FMI – e em 1982, participa da Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifa e Comércio – Gatt –, na condição de observador.

- Seguir o caminho do socialismo, baseado na propriedade pública e produção socialista, mas aprender com a experiência dos países capitalistas.
- Manter a ditadura do proletariado, que significava “democracia socialista para o povo”.
- Manter a liderança do Partido Comunista, sem a qual a Revolução Socialista, a ditadura do proletariado e a construção social não teriam sido possíveis.
- Preservar os pensamentos marxistas, leninistas e de Mao, que abrangiam a luta contra o hegemonismo como bandeira do socialismo.

Essa ortodoxia política de Deng, identificada com a tradição da cultura do país e a obsessão pela unidade nacional, estabilidade política, ordem e disciplina, constitui fator determinante de seu êxito na implantação gradual de uma economia de mercado e sua abertura ao exterior. Mas a democracia socialista era defendida, talvez retoricamente, e estava prevista na reestruturação política e no sistema legal do país, havendo evidências de progressos com as mudanças da constituição, autonomia dos governos locais e ampliação dos direitos do cidadão, inclusive com realização de eleições diretas municipais e representação do povo em cargos públicos (Araujo Júnior, 2002).

Considera-se que as mudanças mais profundas no cenário político, rumo à democracia, são inevitáveis e virão com o tempo, induzidas pela consolidação das reformas econômicas e institucionais solidamente ancoradas na prosperidade. Wu Jiaxiang, citado por Ursula Gauthier

(2001b, p. 15) considera que essas mudanças dependem, fundamentalmente, de pressões exercidas por fatores externos ao Partido Comunista.

A Modernização da China



Nomeado vice-primeiro ministro em 1973, Deng Xiaoping torna-se vice-presidente do PCC e Chefe das Forças Armadas em 1978, e inicia amplo programa de reformas, denominado de modernização – as “quatro grandes modernizações à chinesa” –, que abrange as áreas de agricultura, indústria, defesa nacional, e ciência e tecnologia⁵.

Em sua primeira fase 1978 – 1984, a reforma estava voltada para as zonas rurais, como decorrência da fragilidade da agricultura chinesa determinada por baixos níveis de investimentos, de produção e produtividade, além do fato de 80% da população viver no campo. A estratégia de começar as reformas pela agricultura, por meio de uma reforma agrária à chinesa, de políticas estimulantes de preço e desenvolvimento de indústrias locais, era coerente com o objetivo histórico de buscar a auto-suficiência alimentar e servir de base para o desenvolvimento urbano e industrial.

A segunda fase, iniciada em 1985, é essencialmente urbana e se caracteriza pela descentralização administrativa do poder do governo central, em favor de maior autonomia dos governos locais e das empresas e bancos

⁵ Por modernização entende-se conduzir o país na direção da democracia e do capitalismo.

de propriedade do Estado, e pelo surgimento crescente de indústrias de propriedade coletiva, inclusive na zona rural, e de propriedade privada 100% estrangeira ou mista, em associação com capitais chineses. Assim, as empresas estatais, predominantes até 1978, reduziram sua participação no setor industrial de cerca de 80% para um quarto em fins dos anos 90 (The Intelligence Unit, 2000), mas nos setores considerados estratégicos, tais como indústria de eletricidade, petróleo e gás natural, carvão, metalurgia e indústria química, a participação do Estado continuou elevada.

Segundo diversos autores, citados por Araújo Júnior (2002), a privatização não seria prioridade política, mas a coexistência das empresas estatais com as do setor privado doméstico e a sustentação da competitividade da China no longo prazo. Isso inicialmente pelo fato de, a rigor, inexistir empresas estatais com personalidade jurídica, patrimônio e direitos de propriedade. Somente ao longo dos anos 80 é que gradualmente as mais de 150 mil empresas estatais começam a adquirir personalidade jurídica e são estabelecidos os marcos jurídicos das relações entre empresas públicas e privadas. E a partir dos anos 90 inicia-se uma nova fase de modernização baseada no aprofundamento da reestruturação das empresas estatais, o que em 1997, com a eliminação dos controles do governo sobre os salários e o regime de emprego, provocaram a demissão de 25 milhões de trabalhadores, o que elevou a taxa de desemprego para 9,7% da força de trabalho urbano (Araújo Júnior, 2002).

O elevado desemprego, a ocorrência de importantes surtos migratórios da população rural e a ampliação das desigualdades de renda constituem um grave problema

social que restringe as possibilidades de maiores avanços nessa direção, inclusive pelo fato daquelas empresas estarem concentradas nas regiões oeste e central, mais pobres e pouco beneficiadas pela abertura econômica. Um novo ímpeto reformista dessas empresas surgiu após a morte de Deng Xiaoping, por ocasião do XV Congresso do Partido Comunista chinês em 1997, que decidiu reestruturar o conjunto das indústrias estatais (Roland, 1997).

A acelerada urbanização do país e os decorrentes problemas sociais e de infra-estrutura levaram o governo chinês, em coerência com a lógica capitalista, à privatização do setor imobiliário e realizar transferências maciças de pessoas do centro das cidades para a periferia, a exemplo do ocorrido no século 19, na França, por iniciativa de Napoleão III⁶. O mercado de trabalho na China também foi liberalizado, as restrições às migrações para as zonas urbanas foram flexibilizadas e a planificação central foi abandonada.

A partir dos anos 90, o governo deu início às reformas de sua política comercial, visando à inserção do país na OMC, e deverá intensificá-las ao longo desta década, em decorrência dos compromissos assumidos naquele foro, contribuindo assim para consolidar a transformação do sistema de economia planificada em sistema de economia de mercado, previsto em seu plano de desenvolvimento de longo prazo (2020). Assim, a Constituição da China tem sido revista nos últimos 20 anos, a última delas em 1999, com o objetivo de aprofundar as transformações

⁶ Sob o segundo império francês, Napoleão III incumbiu o Barão Georges Haussmann de implementar um ambicioso plano de modernização de Paris e outras cidades importantes da França, e de realizar obras gigantes de construção da infra-estrutura viária e habitacional na capital do país, no período 1853 – 1870.

do sistema jurídico e as instituições, necessárias à implantação de uma economia de mercado e atender às exigências da OMC.

Outra dimensão das reformas consiste na decisão adotada pelo PCC em sua III Sessão Plenária de dezembro de 1978, favorável a uma política gradual de abertura da economia chinesa ao exterior, materializada a partir de 1980, por meio da criação das Zonas Econômicas Especiais – ZEEs.

A estratégia de abertura econômica seguida por Deng desde que assumiu a vice-presidência do PCC, em 1978, foi a de gradualismo⁷ das reformas, que começaram pela agricultura e se estenderam à indústria e ao comércio exterior, abrangeram a descentralização administrativa e uma privatização seletiva que preservou as estatais de grande porte, a produção coletiva e a propriedade pública da terra. Não se cometeu na China o erro, ocorrido na Rússia, de privatizações em larga escala. Manteve-se assim a integridade da estrutura e da capacidade produtiva do país como base para a implementação das reformas, que deveriam se harmonizar com os objetivos de desenvolvimento e de estabilidade.

Como parte da estratégia de abertura gradual da economia ao exterior, no início dos anos 80, foram criadas quatro ZEEs⁷: Shenzhen, Zhunhai e Shantou na

⁷ A opção de Deng Xiaoping por uma transição gradual rumo ao socialismo de mercado é explicada pelo temor de que as reformas para a implantação de uma economia de mercado e sua rápida abertura ao mercado externo pudessem causar elevado custo social, em termos de aumento do êxodo rural e do desemprego, sobretudo urbano. Contudo, seus sucessores optaram por um tratamento de choque, apesar do risco de acentuada ruptura social.

província de Guangdong, e Xiamen na Província de Fujian, localizadas na região sul. Em 1988, nessa mesma região, ao longo da costa Oeste do Vietnã, foi criada, uma quinta ZEE, que corresponde à ilha de Hainan, a maior delas em superfície, transformada em Província (Oliveira, 2002). Essa foi uma forma de adquirir experiência com o modelo capitalista nelas implantado, a ser adaptado e gradualmente estendido às demais regiões do país, servindo assim de laboratório para as reformas econômicas, e maximizar os ganhos associados ao aprofundamento das relações econômicas e comerciais com os pujantes mercados vizinhos de Hong Kong⁹, Macau¹⁰ e Taiwan¹¹. As ZEEs objetivam atrair o capital externo¹², expandir as exportações, receber novos aportes de tecnologia, absorver os métodos ocidentais de administração e gestão empresarial, e se constituir em importante mercado para os produtos produzidos nas demais regiões. Dada a magnitude e a abrangência das zonas especiais, essas iniciativas contribuiriam para alavancar o desenvolvimento econômico e tecnológico do país, e para o êxito das Quatro Modernizações mostradas na Fig. 1, a seguir:

⁸ Os chineses muito provavelmente foram influenciados pela bem-sucedida experiência asiática das zonas de processamento das exportações e pelo rápido desenvolvimento econômico da região.

⁹ Em julho de 1997, ocorre a retrocessão de Hong-Kong à China, mas seus sistemas econômico, financeiro e legal permanecem intactos. É a fórmula adotada pelo Partido Comunista Chinês de “um país, dois sistemas”.

¹⁰ Após 452 anos de dominação lusitana, Macau retorna à soberania chinesa, logo após Hong-Kong.

¹¹ Taiwan é considerada pelo governo chinês como parte inalienável da China, cuja reunificação implicaria em considerar Taiwan como região administrativa especial, com elevado grau de autonomia.

¹² A entrada de capitais externos é aprovada pelos governos das Províncias e gozam de total isenção de impostos nos primeiros 5 anos. No caso das empresas mistas, esse prazo é de 50 anos.

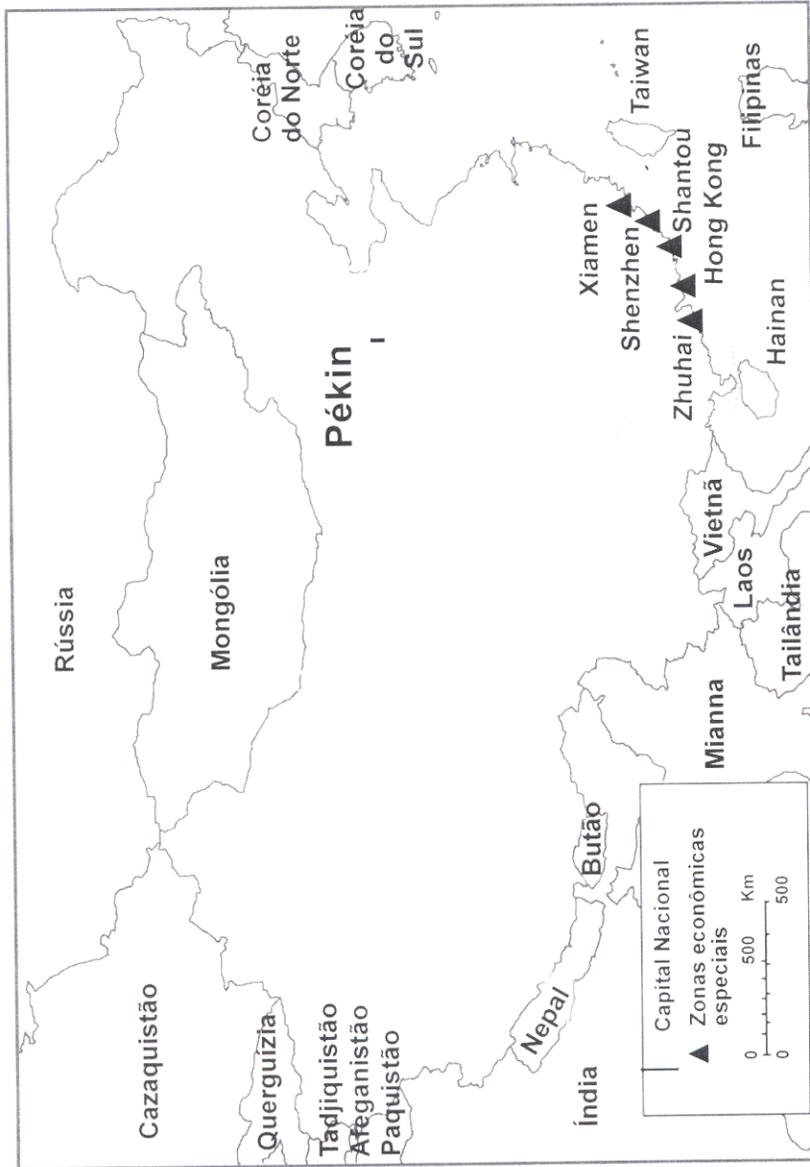


Fig. 1. As fronteiras e os nomes no mapa não implicam o reconhecimento ou a designação pela OCDE.

As ZEEs servem também ao interesse político de demonstrar a viabilidade de coexistência de sistemas econômicos diferentes, efetuar ou consolidar a reintegração econômica e territorial dessas regiões à China e fortalecer a inserção do país no cenário internacional.

As políticas econômicas adotadas nas ZEEs não se aplicam às demais regiões do país, exceto a partir de 1984, em relação à captação de investimentos externos, inicialmente permitida em 14 cidades costeiras. Posteriormente, foram autorizadas outras áreas nas Províncias de Guangdong e Jiangsu, e no entorno de Cantão e Xangai. Essa abertura ao capital externo continuou a ser estendida para outras localidades, num total de 288 cidades, como parte do objetivo de abranger toda a zona costeira e as regiões centrais da China, como forma de reduzir as desigualdades regionais de renda (Oliveira, 2002).

Crescimento da Economia Chinesa



A partir do início dos anos 80, quando são deflagradas as reformas para a implantação de uma economia de mercado, a China experimenta elevadas e persistentes taxas de crescimento econômico, da ordem de 10% a 11%, conforme indicado na Tabela 1.

Essas taxas, ainda que sujeitas a contestações quanto à fidelidade das estatísticas oficiais

Tabela 1. Taxas anuais de crescimento econômico de países selecionados no período 1965/1999.

Países	1965-1980	1980-1990	1990-1999
Brasil	6,6	2,7	3,0
China	5,3	10,1	10,7
Coréia do Sul	8,7	9,4	5,7
Indonésia	8,8	6,1	4,7
Israel	6,1	3,2	5,2
Japão	5,9	4,0	1,3
Malásia	8,0	5,3	7,3
México	6,8	1,1	2,7
Tailândia	8,7	7,6	4,7

Fonte: Velloso & Leite (2000, p. 295-299)

chinesas¹³, caracterizam o que se denomina “milagre econômico”, que pode ser explicado pelos ganhos de eficiência, associados à transição do modelo de economia planificada para o de mercado, em termos de economias de escala, concorrência empresarial, presença de capitais externos de risco e inovação tecnológica, além da ocorrência de externalidades positivas¹⁴.

Nos últimos 20 anos, o crescimento da economia chinesa supera em muito o observado pelos demais

¹³ Reavaliações do PIB de 1993 e de 1994 constataram que as taxas de crescimento divulgadas estavam superestimadas, em decorrência de subestimação das taxas de inflação. A real magnitude do PIB nesses anos teriam sido, respectivamente, 9% e 7%, ao invés de 13% e de 11,8%. Segundo Thurow (1996), as taxas de crescimento de 1998 e 1999 também foram colocadas sob suspeita devido aos procedimentos de seu cálculo, e ao fato de executivos governamentais terem sido acusados de inflacionar os dados de produção. Segundo Gale (2002), para um certo número de anos, as estatísticas agrícolas oficiais subestimaram em 40% a área colhida.

¹⁴ Thurow (1996) considera tal desempenho mais como uma medida da ineficiência do comunismo do que uma indicação do crescimento potencial do país no longo prazo.

países em desenvolvimento, inclusive os da Ásia. E o êxito da China em avançar rapidamente para a economia de mercado¹⁵ contrasta com a dificuldade experimentada pelos demais países comunistas em caminhar na mesma direção.

Apesar de suas deficiências de infra-estrutura, a China apresenta determinados atributos não encontrados em outras economias egressas do comunismo, tais como uma elevada propensão marginal a poupar, da ordem de 30% a 40%¹⁶ – o que lhe confere menor dependência em relação ao capital estrangeiro – e a existência de um governo autoritário, centralizador e bem estruturado, o que facilita a transição para a economia de mercado. Essa transição é facilitada, também, pelo fato de ser reduzida (18%) a parcela da força de trabalho empregada em grandes empresas – 93% na Rússia – e ser elevado o contingente de trabalhadores empregados em fazendas coletivas, cuja concentração é de 72%, contra 6% na Ex-União Soviética (Thurow, 1996).

A China é o terceiro maior país do mundo em extensão territorial (9,6 milhões de quilômetros), após a Rússia e o Canadá, e o primeiro em população, com 1,3 bilhão de habitantes, o que representa uma vantagem comparativa, apesar da baixa disponibilidade relativa de terras agricultáveis (13,9% em 1999) e do enorme desafio em lhes proporcionar alimento, emprego e renda em níveis adequados para minimizar os custos sociais decorrentes da transição para a economia de mercado. O atual

¹⁵ O setor privado da China responde por cerca de um terço do PIB. (International Financial Corporation, 2000).

¹⁶ Essa taxa é da ordem de 18% nos Estados Unidos, e de 19% no Brasil.

tamanho do mercado chinês é estimado em 300 a 400 milhões de consumidores¹⁷ (Bouchet, 2001), e seu crescimento potencial, associado à continuidade do desenvolvimento do país, é alvo de atenção e interesse da comunidade internacional e de acirrada disputa entre os principais países que participam do mercado mundial, dentre os quais o Brasil.

O crescimento econômico da China tem superado as próprias expectativas do governo chinês, contidas em seus planos quinquenais. Em 1982, o XII Congresso do Partido Comunista decidiu que o PNB deveria quadruplicar até o final do século, e ter uma taxa de crescimento de 6% nos anos 90, ainda que admitisse a possibilidade de atingir 8% ou 9% (Congresso..., 2003). Essa taxa de 6% foi ratificada pelo VIII Plano Quinquenal de 1991, com o objetivo de evitar indesejáveis impactos inflacionários e tensões sociais. Entretanto, o crescimento do PIB nos períodos 1979 – 1984 e 1985 – 1995 foi, respectivamente, de 8,5% e 9,7%, e atingiu 12% entre 1991 e 1995, fazendo com que fosse multiplicado por 7 ao longo dos últimos 20 anos (Gauthier & Weill, 2001) e atingisse US\$ 1,19 trilhão em 2001. Para o período 2001 – 2005, o X Plano Quinquenal prevê um crescimento de 7% a 8%, mesmo nível previsto pela OCDE, com base no ingresso da China na OMC, segundo o qual essa taxa deverá atingir 9,1% em 2010 (Stiglitz, 2002, p. 95).

¹⁷ Em 1995, a população urbana da China passou de 350 milhões (29% da população total) para 500 milhões em 2000 (36%) e, segundo Hsu (2002), deverá experimentar um acréscimo de 270 milhões até 2020, na suposição de um crescimento populacional urbano de 15%, o que significará um total de 770 milhões de cidadãos.

Com base no XV Congresso do PCC, realizado em 1997, o IX Plano Quinquenal estabeleceu o objetivo de duplicar o PNB até o final da primeira década do século 21 – quando será alcançada a segunda etapa de seu objetivo estratégico de modernização do país –, em relação ao nível observado em 2000. E a terceira e última etapa¹⁸, que completa, no essencial, as Quatro Grandes Modernizações, deverá ser concluída em meados deste século, por ocasião do Centenário da Criação do PCC (Congresso..., 2003). O objetivo dos dirigentes chineses de transformar o país em primeira potência econômica mundial antes do século 21 parece ser pouco provável diante da dimensão a ser assumida pelos desafios nas áreas social, ambiental e de infra-estrutura¹⁹. Mais razoável é admitir simplesmente que, naquele horizonte de tempo, a China venha a integrar a comunidade dos países desenvolvidos.

¹⁸ No que se refere à conclusão da terceira etapa do Plano de Modernização da China, em julho de 2001, o presidente Jiang Zemin declarou que “durante os 100 anos abrangidos pelo período de meados do século 20 a meados do século 21, todas as lutas realizadas pelo povo chinês tiveram por objetivo a independência e a emancipação nacionais, e colocar um fim a esse capítulo de humilhação, da história chinesa” (Congresso..., 2003). Além da humilhação e do sofrimento impostos pelos japoneses, a China sofreu, também, humilhante opressão por ocasião da Guerra do Opium, quando em 1858, pelo Tratado de Tianjin, o Reino Unido, a França, os Estados Unidos e a Rússia obrigaram a China a efetuar concessões territoriais e comerciais que lhes garantissem acesso facilitado aos produtos chineses e possibilitasse a exportação de ópio para aquele país.

¹⁹ É no campo político e militar que a China parece ter maiores possibilidades em ocupar uma posição hegemônica, pois segundo Thurow (1996), o país já é a segunda maior potência militar, depois dos Estados Unidos. Entretanto, segundo projeções da Goldman Sachs, em 2041, o PIB da China deverá ultrapassar o dos Estados Unidos (Behind..., 2004).

Distorções Econômicas



o longo dos últimos 20 anos, o rápido crescimento da economia chinesa implicou em profundas transformações nas suas estruturas de produção, emprego, renda e inserção do país na economia mundial.

Vencida a primeira etapa de reformas concentradas no setor primário (1979 – 84), o excepcional crescimento da agricultura nesse período, da ordem de 7,1% ao ano, declina persistentemente e cede lugar aos setores industrial e de serviços, voltando a se situar num patamar próximo ao dos anos que antecederam a modernização da China, conforme indicado na Tabela 2. Essa é uma indicação de que os ganhos de bem-estar das populações urbanas foi maior que o dos rurícolas, especialmente considerando que uma elevada parcela da população (69%) ainda permanece fortemente concentrada no setor rural. Em 2002, enquanto a renda disponível per capita rural foi de US\$ 930,6, a renda urbana foi de US\$ 299,1, ainda que tenha representado, respectivamente, um aumento de 42% e 14% em relação a 1998.

Tabela 2. Taxas anuais de crescimento da economia chinesa (1970 – 2000) em %.

Especificação	1970-1978	1979-1984	1985-1995	1996-2000
PIB	4,9	8,5	9,7	8,2
Agricultura	2,7	7,1	4,0	3,4
Indústria	6,8	8,2	12,8	9,6
Serviços	n.d.	11,6	9,7	8,2
PIB per capita	3,1	7,1	8,3	7,1
Comércio Exterior	20,5	14,3	15,2	9,8
Exportações	19,4	15,9	17,2	10,0
Importações	21,7	12,7	13,4	9,5

Fonte: FAO (2002).

O menor dinamismo da agricultura relativamente aos demais setores, decorrente de razões estruturais, e a opção estratégica de desenvolvimento baseada na crescente participação do setor privado e de capitais externos, resultaram em acentuada mudança na importância relativa desses setores no PIB. Enquanto o setor industrial manteve inalterada sua participação no período 1980–2000, a participação do setor agrícola cai pela metade, ocorrendo o inverso em relação ao setor serviços, que passou a responder por 33% do PIB, contra 16% no caso da agricultura.

Quanto ao emprego, ao contrário do que seria de se esperar, não houve elevada transferência de mão-de-obra do campo para a cidade, permanecendo a agricultura com mais de 60% da população economicamente ativa do país, porque o governo chinês manteve e reforçou, sem muito êxito, as medidas de contenção dos movimentos migratórios resultantes da atração exercida pelo desenvolvimento urbano, e existência de uma população rural excedente à capacidade de absorção do setor da ordem de 160 a 200 milhões, como forma de atenuar os elevados custos de urbanização, a ocorrência de possíveis rupturas sociais, e preservar a estabilidade política²⁰. Essas iniciativas não impediram que a participação da agricultura no PIB caísse pela metade entre 1980 e 2000, mas as medidas de contenção dos fluxos migratórios foram mais eficazes, pois nesse mesmo período a participação relativa do emprego rural reduziu apenas 19 pontos percentuais (vide Tabela 3).

²⁰ A ocorrência do movimento social de 1989, que culminou com a rebelião de estudantes na Praça da Paz Celestial, em Pequim, foi uma decorrência das desigualdades sociais, agravadas pelo elevado desemprego, observado principalmente entre as empresas de propriedade do Estado, e pela inexistência de um sistema de previdência social.

Tabela 3. Transformação da economia chinesa.

Especificação	1980	2000
PIB por habitante (US\$ Dólar)	168	727
População nas zonas urbanas (%)	20	31
Participação no PIB (%)		
Agricultura	30	16
Indústria	49	51
Serviços	21	33
Participação no emprego (%)		
Agricultura	69	50
Indústria	18	23
Serviços	13	27
Exportações mais importações em % do PIB	12	42

Fonte: OCDE (2002c)

Uma dessas medidas foi o estímulo à implantação e ao desenvolvimento de pequenas indústrias no interior do país, inclusive na zona rural.²¹

Embora a taxa oficial de desemprego tenha se mantido em níveis baixos desde o início dos anos 80, e atingido um máximo de 3,6%²² em 2000, considera-se que esta esteja subestimada, mesmo levando-se em conta apenas a população economicamente ativa formal de 750 milhões, dos quais 500 milhões são trabalhadores rurais. Se aos 27 milhões de desempregados oficiais forem adicionados os 150 milhões de excluídos da abertura econômica, a taxa real de desemprego será da ordem de 20%, a mesma observada na região nordeste do país (Mangin, 2000). Essa situação é ainda mais grave no setor rural, onde o subemprego e o desemprego informal ou invisível atingem 200 milhões de trabalhadores (OCDE, 2002c).

²¹ Entre meados dos anos 80 e meados dos anos 90, mais de 100 milhões de trabalhadores do setor rural passaram a exercer atividade não agrícolas (OCDE, 2002c).

²² As estatísticas oficiais admitem 6% (Roland, 1999).

As empresas estatais são as que mais demitem, em decorrência de sua reestruturação e da transferência de funções para a iniciativa privada, aproximadamente 5 milhões de trabalhadores por ano, o que significa um contingente de desempregados da ordem de 30 a 50 milhões de trabalhadores (Rocca, 1999).

Esse quadro de desemprego e as desigualdades pessoais e regionais de renda tendem a piorar em decorrência da entrada da China na OMC, sobretudo nos anos iniciais de implantação dos compromissos de maior abertura comercial, quando muitas empresas de pequeno porte serão ameaçadas de sucumbir devido à concorrência de produtos importados²³.

O crescimento econômico chinês tem ocorrido de forma desigual entre as áreas rural e urbana, e entre as regiões costeiras e o interior do país, exceto na primeira metade dos anos 80, quando essas desigualdades foram até mesmo atenuadas, graças às reformas realizadas no setor agrícola e ao rápido crescimento de seu produto agregado (7,1%). Nos anos subsequentes e em toda a década de 90, as disparidades de renda entre os setores rural e urbano se acentuaram, em decorrência de um persistente viés das políticas públicas em favor dos centros urbanos que experimentaram rápido crescimento industrial, aumentando a pobreza de forma desigual, pois ela abrange 17,6% da população rural e apenas 0,4% da população urbana (OCDE, 2002c).

²³ A eventual confirmação desse prognóstico seria um fator agravante da pobreza existente no país, estimada em 60 a 70 milhões de pessoas, sem contar os 300 milhões de chineses que vivem na zona rural em condições precárias (Roland, 1997).

A abertura e liberalização econômicas, inicialmente restritas a quatro zonas da região costeira (região leste), foram progressivamente estendidas a partir do final dos anos 80, completa ou parcialmente, para outras áreas dessa região e para as regiões central e oeste, onde foram criadas zonas de desenvolvimento econômico e tecnológico, zonas de cooperação econômica, e as capitais de províncias ou de regiões autônomas foram transformadas em cidades abertas.²⁴ Isso pouco alterou o quadro de elevada concentração da abertura econômica na costa leste da China, para a qual é destinada a maior parte dos recursos de investimento, conforme consta de todos os planos quinquenais a partir de 1976²⁵, contribuindo assim para explicar as desigualdades pessoal, setorial e regional da renda²⁶. No período 1990 – 1994, de maior aumento dos investimentos externos diretos, as participações da região costeira na renda nacional, na produção industrial e nas exportações totais foram, respectivamente, de 60, 67 e 85 pontos percentuais, ao mesmo tempo em que responde por aproximadamente um terço da população (Tabela 4).

Essas desigualdades constituem um problema estrutural crônico e difícil cuja solução somente ocorrerá em longo prazo, sob a hipótese de continuidade de elevadas taxas de crescimento econômico, acompanhadas do

²⁴ Os incentivos ao IED existentes nas zonas econômicas especiais, nas zonas de desenvolvimento econômico e tecnológico e nas cidades abertas são mais atrativos que os das demais regiões abrangidas pelas abertura ao capital estrangeiro.

²⁵ A parcela dos investimentos destinados à região leste passou de 26,9% (Terceiro Plano Quinquenal: 1966 – 1970) para 42,2% (Quinto Plano Quinquenal: 1976 – 1980) e para 54,2% (Oitavo Plano Quinquenal: 1981 – 1985), (OCDE, 2002c).

²⁶ Segundo dados oficiais, o coeficiente de Gini teria aumentado de 0,21 em 1978 para cerca de 0,45 em 2002 (Sukup, 2002).

Tabela 4. Distribuição espacial das zonas que oferecem condições preferenciais aos investimentos estrangeiros (1979 –1994).

Tipo de Zona	Leste	Centro	Oeste	Total
Zona de livre câmbio	13	–	–	13
Zona econômica especial	5	–	–	5
Zona de desenvolvimento econômico e tecnológico	26	4	2	32
Pudong, nova zona	1	–	–	1
Cidades costeiras abertas	14	–	–	14
Zonas costeiras de desenvolvimento econômico	260	–	–	260
Cidades lacustres abertas	–	6	3	9
Cidades fronteiriças abertas	2	5	6	13
Zonas fronteiriças de cooperação econômica	3	4	6	13
Outras cidades abertas (capitais de províncias ou de regiões autônomas)	2	8	8	18

Fonte: OCDE (2002c, p. 787).

aprofundamento das reformas, consolidação da abertura da economia e redirecionamento dos investimentos, inclusive em infra-estrutura, para as demais regiões do país. Por sua vez, é preciso considerar que desigualdades, ainda que ampliadas, ocorrem num patamar de renda cada vez mais elevado, inclusive na agricultura. Conforme já mencionado, nas décadas de 80 e de 90, o PIB foi multiplicado por sete, e a renda rural per capita em 2000 era seis vezes maior do que em 1978.

Investimentos Externos Diretos (IED)



O desenvolvimento de uma nação depende, em quantidade e qualidade, fundamentalmente de seu estoque de recursos produtivos, expressos sob todas as formas de recursos naturais, trabalho e capital, sendo este, com a tecnologia, fatores cada vez mais fortemente determinantes

das possibilidades produtivas e de geração de renda. É igualmente verdadeiro que o aumento do estoque de capital depende da poupança, que se transforma em investimento, mas é precisamente a insuficiência de poupança a maior limitação enfrentada pelos países em desenvolvimento, mesmo quando a propensão marginal a poupar é elevada, como no caso da China (40%), o que explica a importância da poupança externa, representada do lado real da economia pelo déficit do balanço de transações correntes e, do lado monetário, pela entrada líquida de recursos externos sob a forma de investimentos diretos e pela variação líquida da dívida externa e das reservas internacionais. Essa assertiva é evidenciada pela contribuição dos capitais externos na recuperação da economia européia logo após a Segunda Guerra Mundial, pelo *take off* do Japão e dos tigres asiáticos e pelo “milagre econômico” chinês.

Nos últimos 20 anos, a China foi capaz de atrair os investimentos externos em volumes crescentes, sobretudo a partir de 1991, conforme revela a Fig. 2, tornando-se já no início dos anos 90, o maior recipiente de IED, entre os países em desenvolvimento. Isso graças a uma política vigorosa de incentivos fiscais²⁷, ao tamanho de sua população e do seu mercado potencial, ao baixo custo da mão-de-obra²⁸, ao dinamismo de sua economia e à

²⁷ Os benefícios fiscais abrangem a isenção de direitos aduaneiros, do imposto sobre o valor adicionado incidente nas importações de equipamentos e de tecnologias, e de imposto de renda por 2 a 10 anos, seguidos de um período de 2 a 5 anos de redução de 50%, prorrogáveis em até 10 anos, como é o caso dos investimentos agrícolas nas regiões menos desenvolvidas (OCDE, 2002c).

²⁸ Na década de 90, o nível do salário na indústria chinesa manteve-se igual a 1,5% do observado nos Estados Unidos (Sukup, 2002) e, atualmente, é de 60 centavos de dólar por hora, o equivalente a 5% do salário médio nos Estados Unidos e 10% em alguns países asiáticos vizinhos da China (China Economy..., 2003).

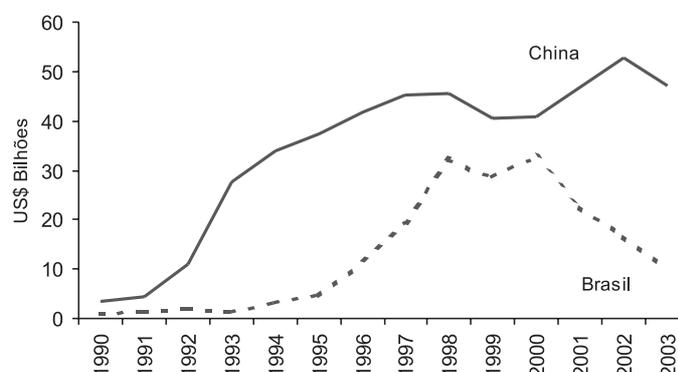


Fig. 2. Investimentos externos diretos na China e no Brasil (1990–2002).

Fonte: Araújo Júnior (2002).; FMI (2003); China: National Bureau of Statistics (2003, p.45, 71-B).

sua posição geográfica e economicamente estratégica, na Ásia. Há que se considerar, também, os fatores de ordem externa, tais como o crescimento e maior integração da economia mundial e o fato dos países asiáticos de industrialização recente terem se tornado, desde os anos 80, importantes exportadores líquidos de capital.

Os fluxos de IED apresentam duas fases marcantes, sendo que a primeira (1979 – 1991) apresenta níveis modestos de investimento, inferiores a 5 bilhões de dólares anuais, concentrados nas quatro zonas econômicas especiais localizadas nas províncias de Guangdong e de Fujian. A segunda fase (1992 – 1999) revela forte aceleração na entrada de capitais externos, que atinge um máximo de US\$ 45,5 bilhões em 1998, quando ocorre a crise asiática, e reduz para US\$ 40,3 bilhões em 1999. Nesse período, o IED abrange também a ilha de Hainan e catorze

idades costeiras de dez províncias, abertas ao capital estrangeiro a partir de 1984.

O fluxo de entrada de capitais externos na China, medido em relação ao PIB, passou de 0,3% em 1983, para 1% em 1991, atingiu 6,2% em 1994 e caiu nos anos subsequentes, permanecendo, acima de 4%. Quando comparado com a formação bruta de capital fixo, constatou-se, com maior clareza, a importância do IED para o crescimento da economia chinesa, pois na década de 90, sua magnitude em relação à formação bruta de capital fixo passou de 0,9% em 1983, para 15,1% em 1994, permaneceu em 13% no período 1995 – 1998 e caiu para 11% em 1999. Essas são indicações quanto ao grau de abertura e integração da economia da China na economia mundial.

Desde o início dos anos 90, a China já havia se tornado o principal país em desenvolvimento receptor de IED, secundado pelo Brasil com um valor médio anual da ordem de US\$ 30 bilhões entre 1998 e 2000 (Fig. 2). Essa década foi marcada, sobretudo a partir de 1993, pela intensificação dos fluxos de capitais externos destinados principalmente aos países em desenvolvimento, sob a influência do elevado crescimento da economia norte-americana²⁹. Entretanto, a partir de 2001, quando ocorreu a retração da economia norte-americana, inicia-se uma tendência de queda nos fluxos mundiais de investimentos diretos, atingindo US\$ 580 bilhões em 2002, contra US\$ 1,36 trilhão em 1999.

²⁹ A exemplo das exportações chinesas, a entrada de IED no país ocorreu em parte às expensas dos demais países asiáticos emergentes, os quais sofreram redução na entrada de investimentos externos, desviados para a China. A participação desse país no total de IED na Ásia foi elevada de 20% em 1991 para 67% em 1994 (Cohen, 1998).

No período 2000 – 2002, o fluxo de capitais externos na China retoma sua tendência crescente, a ponto de ultrapassar os Estados Unidos como principal receptor de IED depois de Luxemburgo. Em 2002, a China recebeu US\$ 53 bilhões de IED (La Chine s’impose..., 2003) e a partir de 2003, segundo projeções da Economist Intelligence Unit (Abbot, 2003), deverá receber mais de \$ 66,4 bilhões de IED por ano até 2007, sendo que o Brasil deverá perder para o México sua posição de primeiro país receptor de IED na América Latina, pois seus ingressos de IED seriam reduzidos para US\$ 17 bilhões anuais.

As previsões em relação aos IED na China para as próximas décadas sinalizam, ainda que com divergências, para sua intensificação, em decorrência dos compromissos assumidos pelo país ao integrar a OMC, em termos de maior liberdade de acesso dos investimentos estrangeiros³⁰, porque o país terá que cumprir o Acordo sobre Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio – Trims –, que proíbe a adoção de medidas que violem os artigos III e XI do Gatt, respectivamente referentes ao princípio de nação mais favorecida e à obrigação de não adoção de restrições quantitativas nas importações, e abandonar algumas condicionalidades às importações e à entrada de investimentos externos (USTR, 2003, p. 27).

Segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – Unctad –, o fluxo daqueles

³⁰ Logo após sua entrada na OMC, a China divulgou uma relação de 371 atividades econômicas que foram inteiramente abertas ao capital externo ou tiveram os limites de participação estrangeira atenuados.

recursos deverá aumentar para 80 a 100 bilhões de dólares, apesar da atual política chinesa em relação aos investimentos externos ainda ser restritiva em termos de modalidade, limite à participação estrangeira e acesso a determinadas atividades. Há 31 setores nos quais as empresas de capital 100% estrangeiro não são autorizadas a entrar e outros 32 que exigem maioria de capital chinês, como é o caso da produção de cereais, algodão e oleaginosas.

No caso da China, a diferença entre o IED contratado e o realizado é marcante, sendo este 50% inferior ao total dos recursos contratados ao longo de todo o período de abertura da economia. Esse fato está relacionado com o elevado número de empresas, em sua maior parte de médio porte, que receberam autorização para contratar esses recursos. De 1979 a 1999, um total de 342.538 dessas empresas contrataram US\$ 613,7 bilhões, dos quais somente US\$ 307,6 foram realizados, sendo que 80% desses recursos foram direcionados para as províncias costeiras.

No Brasil, todos os recursos de investimentos externos registrados no Banco Central correspondem aos efetivamente realizados, e suas magnitudes anuais permaneceram superiores ou próximas às da China até meados da década de 90, mas nos anos subsequentes são, em média, US\$ 10 bilhões inferiores (Tabela 5). Esses fluxos de recursos, quando expressos em relação ao PIB, posicionam o Brasil bem à frente da China como principal país em desenvolvimento receptor de investimentos externos.

Tabela 5. Investimento estrangeiro direto na China e no Brasil (1990 – 2002) (US\$ bilhões).

Ano	China ⁽¹⁾		Brasil ⁽²⁾
	Contratado	Realizado	
1990	6,6	3,5	1,0
1991	12,0	4,4	1,1
1992	58,1	11,0	2,0
1993	111,4	27,5	1,3
1994	82,7	33,8	3,0
1995	91,3	37,5	4,8
1996	73,3	41,7	11,2
1997	51,0	45,3	19,6
1998	52,1	45,5	31,9
1999	41,5	40,4	28,6
2000	62,7	40,8	32,8
2001	69,2*	46,8*	22,6
2002	82,8*	52,7*	16,5
2003	–	47,0 ³	10,1

Fonte: (1) Araújo Júnior (2002); (2) FMI (2003); (3) Brum (2004);
* China: National Bureau of Statistics.

Quanto à origem dos IED na China, é grande o número (superior a 100) de nações que participam desse fluxo, sendo predominante a presença dos países em desenvolvimento, notadamente os de industrialização recente (Coreia do Sul, Taiwan, Malásia, Singapura e Filipinas), sendo que Hong Kong, Estados Unidos e Japão são os principais fornecedores de capital. Somente Hong Kong responde por mais de 50% do total desses investimentos, secundados pelos Estados Unidos e o Japão, cujas cifras são de aproximadamente 8% (Tabela 6).

Tabela 6. Principais países de origem dos investimentos externos diretos na China, no período 1983 –1999.

País	%
Hong-Kong	50,45
Japão	8,11
Estados Unidos	8,34
Países de Industrialização Recente	17,27
Europa Ocidental	7,41
Outros	8,42
Total	100

Fonte: OCDE (2002c, p. 386).

A elevada magnitude dos investimentos realizados por Hong Kong é explicada pelo fato de servir de abrigo para os capitais procedentes de Taiwan (8%), devido às restrições impostas pelo governo desse país em relação aos fluxos de comércio e de investimentos para a China, o mesmo ocorrendo com capitais da própria China, que são desviados para a constituição de empresas em Hong Kong, com o fim exclusivo de ingressar legalmente naquele país e gozar dos incentivos que são conferidos ao capital estrangeiro.

Na China, outra explicação para o predomínio, de capitais oriundos de Hong Kong³¹ e dos países de industrialização recente é o fato dos investidores desses países serem de menor porte que os dos países desenvolvidos, possuírem tecnologias de nível intermediário e exercerem atividades intensivas em mão-de-obra, pois para eles são especialmente importantes os incentivos fiscais concedidos pelo governo chinês, e os benefícios decorrentes da

³¹ Por sua vez, a China é o primeiro investidor estrangeiro em Hong Kong.

proximidade geográfica e da identidade cultural. Os investidores dos países desenvolvidos são constituídos, em sua maior parte, por empresas multinacionais, cuja presença na China se deve aos objetivos de ganho em longo prazo, segundo sua estratégia de expansão mundial. Por isso, os benefícios fiscais tendem a ser relativamente menos importantes.

Comércio Exterior



Uma transformação profunda, inerente à orientação de política do governo chinês, foi o grau de abertura externa da economia (razão entre o somatório de exportações e importações em relação ao PIB), que após manter-se quase que totalmente fechada até o final dos anos 70, atinge 12% em 1980, e 42% em 2000. A participação do fluxo comercial da China no mercado mundial passa de 0,6% em 1970, para 2,0% em 1990, sendo que em 1995 e em 2000, o país respondeu, respectivamente, por 3% e 4% das exportações mundiais, mas experimentou déficits em sua balança comercial na maior parte da década de 80. Do lado das importações, a participação do país foi reduzida de 33% em 1980, para 7% em 1999, contribuindo assim para que a partir dos anos 90, sua balança comercial fosse preponderantemente superavitária, exceto em 1993, quando as importações superaram as exportações em mais de US\$ 10 bilhões.

O crescimento das exportações chinesas foi superior ao da produção e das exportações mundiais. De um

total de US\$ 9,7 bilhões em 1978, as exportações aumentam para US\$ 17 bilhões em 1980³², foram multiplicadas por 4 em 10 anos e duplicaram na década seguinte, atingindo US\$ 266,6 bilhões em 2001. Nesse mesmo ano, as importações foram de US\$ 243,6 bilhões e, em 2002, as exportações e importações combinadas somaram US\$ 620 bilhões, o equivalente a 4,7% do comércio mundial (Missing...,2003). Esse crescimento, superior ao das exportações mundiais, é explicado pelo baixo custo da mão-de-obra chinesa, pela ausência de um sistema de previdência social (encargos trabalhistas), e pelo fato dos investimentos diretos externos efetuados no país estarem orientados para a exportação. Em meados dos anos 90, as exportações foram beneficiadas pela desvalorização do *renminbi*, pela restituição do imposto sobre valor adicionado e pela prorrogação do tratamento de Nação Mais Favorecida, conferido pelos Estados Unidos à China, quando do reatamento de suas relações diplomáticas em 1972.

A China é o país que mais tem expandido as exportações³³ e ocupa o segundo lugar no ranking dos países em desenvolvimento de maior competitividade, graças à abundância de mão-de-obra, baixos níveis dos salários e de outros custos de produção, investimentos em capacitação tecnológica e economias de escala, conjugadas com a política cambial de desvalorização da moeda nacional e a política de investimento estrangeiro, ambas indutoras de exportações.

³² Nesse mesmo ano, as exportações brasileiras são de US\$ 20 bilhões.

³³ Somente em 2002 as exportações chinesas registraram um aumento de 20%, e o país passou a ser o 5º maior exportador mundial (Comércio..., 2003).

Os indicadores do desempenho das exportações chinesas, assim como os referentes ao Chile e ao México³⁴, contrastam com os do Brasil, pelo fato de ter permanecido modesta (0,9%) a participação deste nas exportações mundiais, apesar de se situar entre as dez maiores potências do mundo. Enquanto em 1980 as exportações brasileiras foram superiores às da China, da ordem de 20 e 18 bilhões de dólares, mantendo-se muito próximas nos anos subseqüentes, a partir de 1985, essa relação se inverte e cresce a diferença entre suas magnitudes (Fig. 3), atingindo, respectivamente, 438,0 e 73,0 bilhões de dólares em 2003. Isso significa que, nesse período, o fator de multiplicação das exportações foi, aproximadamente, de 24,3 para a China e de apenas 3,6 para o Brasil.

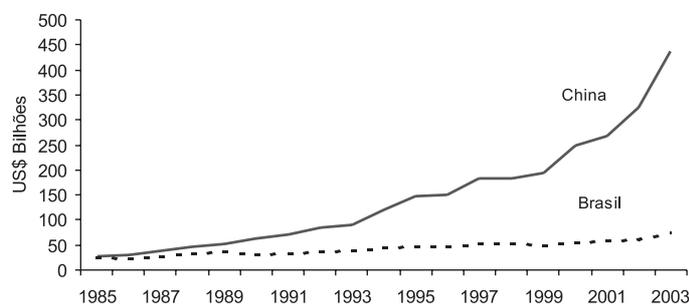


Fig. 3. Exportações chinesas e brasileiras no período 1985 – 2003.

Fonte: FMI (2003); MDIC (2004).

³⁴ Segundo Armando Castelar Pinheiro (2002, p. 7), esses países elevaram de 10% para 30% a participação das exportações no PIB, as quais em 2000 foram, respectivamente, de US\$ 19,2 e US\$ 166,4 bilhões.

No plano bilateral, o intercâmbio comercial entre os dois países tem sido afetado pelo protecionismo chinês, sob a forma de barreiras tarifárias e não tarifárias, e manteve-se pouco expressivo por quase duas décadas, desde o reatamento de suas relações diplomáticas em 1974. Somente a partir de 1993, seus fluxos comerciais (exportações mais importações) assumem um certo vulto e crescem até 1995, quando as exportações atingem US\$ 1,2 bilhão. Estas sofrem acentuadas quedas nos anos subsequentes e voltam a crescer a partir de 1999, atingindo o nível recorde de US\$ 4,5 bilhões em 2003, aproximadamente 80% superior ao ano anterior. Apesar desse excepcional desempenho, é modesta (1,1%) a participação das exportações brasileiras na balança comercial chinesa.

Os principais produtos brasileiros de exportação para a China são minério de ferro, pastas químicas de madeira, fumo em folhas, aviões, madeira, couros e peles, e produtos do complexo soja (Tabela 7). Outros produtos, tais como café solúvel e suco de laranja, apresentam perspectivas de exportação expressiva para aquele mercado devido ao esperado rebaixamento tarifário a ser implementado em decorrência da adesão chinesa à OMC.

É provável que a tendência de crescimento das exportações brasileiras para a China seja mantida devido sua entrada na OMC e crescente dependência na importação de insumos básicos necessários à continuidade de seu acelerado crescimento, conforme revelam as exportações brasileiras de US\$ 4,5 bilhões para aquele mercado em 2003.

Tabela 7. Exportações brasileiras do agronegócio para a China, em 1996 e 2003 (em US\$ mil).

	1996 Mil US\$	2003 Mil US\$
Complexo soja	664.390	1.581.175
Açúcar e álcool	520	353
Carnes	2.985	11.497
Couros, peles e calçados	4.617	116.629
Papel e celulose	20.406	312.311
Fumo e tabaco	–	55.671
Madeira e suas obras	1.034	122.209
Café, chá, mate e suas especiarias	575	1.069
Algodão e fibras têxteis vegetais	1.532	29.266
Sucos de frutas	811	18.192
Cereais, farinhas e preparações	–	28
Frutas, hortaliças e preparações	–	339
Pescados	98	1.257
Bebidas	–	263
Cacau e suas preparações	–	517
Leite, laticínios e ovos	13	70
borracha natural	–	–
Demais produtos	1.528	10.605
Total	698.509	2.261.451
Total das exportações brasileiras para a China		4.532.560
Total das exportações brasileiras do agronegócio		30.638.983

Fonte: Decom/SPC/Mapa (Brasil, 2004).

Com base nessa convicção, baseada, também, na competitividade de suas exportações, o Brasil atribui elevada prioridade às relações comerciais com a China e tem interesse em que seja firmado um acordo de livre comércio entre o Mercosul e aquele país³⁵, como forma

³⁵ Em 2004, o reatamento das relações diplomáticas com a China completou 30 anos, ocasião em que ocorreu visita presidencial brasileira àquele país, e foi reiterado o interesse brasileiro na integração entre as economias do Mercosul e a economia chinesa.

de maximizar o crescimento de seus fluxos comerciais internacionais e ampliar o grau de abertura da economia. Segundo Pinheiro (2002, p. 8), para tanto é preciso que as exportações brasileiras cresçam a uma taxa que seja pelo menos o dobro do crescimento do PIB, o que contrasta com as projeções do mercado financeiro nacional para 2007, quando as exportações atingiriam de US\$ 81,56 bilhões, o equivalente a 12% do PIB ou aproximadamente metade do que o México exporta atualmente (Pinheiro, 2002).

O desempenho das exportações chinesas e sua elevada participação no PIB constituem a base de sustentação do acelerado crescimento econômico do país, ao mesmo tempo em que são por esse determinados, e recebem tratamento prioritário do governo em suas políticas comercial e de investimentos.

A partir dos anos 80, a composição desses fluxos comerciais caracteriza-se pelo predomínio crescente de produtos manufaturados, em grande parte (70%) decorrentes da participação de empresas constituídas, parcial ou totalmente, com capital estrangeiro, pois a política chinesa de atração de capitais externos sempre esteve orientada para aumentar as exportações, a exemplo do modelo adotado pelos demais países asiáticos emergentes.

Assim, os produtos manufaturados, sobretudo bens intermediários, são predominantes nas importações, com uma participação em 1999, da ordem de 84%, contra 16% no caso dos produtos primários. Nos anos subsequentes, houve um acentuado aumento nas importações agrícolas e de petróleo, mas sem alterar aquele quadro e

a tendência de aumento na participação dos manufaturados, pelo fato de o desenvolvimento econômico chinês ser fortemente dependente da importação de bens de capital. Por isso, considera-se que, ao longo da próxima década, as importações deverão crescer mais do que as exportações, a ponto de eliminar os superávits comerciais dos últimos anos (Country, 2000).

As relações comerciais da China são diversificadas e têm os países asiáticos como importantes parceiros, o que reflete o interesse de Pequim em aprofundar o relacionamento econômico e político na região, tendo assinado acordo de livre comércio no âmbito da Associação das Nações do Sudeste Asiático – Asean –, um bloco a ser negociado até 2010, e consolidado em 2020³⁶.

Em 1998, os principais mercados de destino das exportações chinesas foram Hong Kong (21%), Estados Unidos (20,7%) e Japão (14,5%), seguidos de longe pela Alemanha e Coreia, com uma participação inferior a 5%. Por sua vez, a China é um dos principais importadores de produtos oriundos da Ásia, notadamente Hong Kong, Japão, Coreia do Sul e Indonésia (Tabela 8).

A exemplo do que ocorre com os investimentos, Taiwan não permite o comércio com a China, sendo Hong Kong utilizada como entreposto para contornar essa limitação (Coelho, 1996), o que contribui para explicar a elevada participação de Hong Kong (22,5%) como mercado de destino das exportações de Taiwan.

³⁶ Em dezembro de 2002, o primeiro-ministro da China, Zhu Rongji, propôs a criação de uma área de livre comércio com o Japão e a Coreia do Sul (China, 2002).

Tabela 8 . Principais mercados de exportação para países asiáticos selecionados e participação percentual das exportações totais em 1988.

Países	Primeiro Mercado	Segundo Mercado	Terceiro Mercado	Quarto Mercado	Quinto Mercado
Japão	Estados Unidos 35%	Taiwan 6,6%	Hong Kong 5,8%	China 5,2%	Alemanha 4,9%
China	Hong Kong (21,1%	Estados Unidos 20,7%	Japão 14,5%	Alemanha 4,0%	Coréia 3,4%
Coréia do Sul	Estados Unidos 17,2%	Japão 9,2%	China 9,0%	Hong Kong 7,0%	Taiwan 3,9%
Taiwan	Estados Unidos 26,6%	Hong Kong 22,5%	Japão 8,4%	Holanda 3,8%	Alemanha 3,7%
Indonésia	Japão 18,0%	Estados Unidos 15,6%	Cingapura 10,6%	Coréia 6,2%	Grã Bretanha 4,5%
Hong Kong	China 34,4%	Estados Unidos 23,4%	Cingapura 5,2%	Coréia 3,9%	China 3,9%

Fonte: Medeiros (citado por Velloso & Leite, 2002, p. 315).

Ao longo de mais de 20 anos, transcorridos desde o início das reformas na China, o país realizou importantes avanços na liberalização comercial, exceto em relação aos produtos considerados estratégicos, tais como grãos, algodão, tabaco, açúcar e fertilizantes. Barreiras às importações foram mantidas elevadas, apesar das reduções tarifárias havidas nos anos 90³⁷, objetivando proteger as empresas ineficientes de propriedade do Estado e os produtores agrícolas, como forma de controlar as migrações rurais e o desemprego urbano, facilitando assim a transição para a economia de mercado.

Como parte do esforço preparatório final à entrada do país na OMC, após 15 anos de negociações, somente no final dos anos 90, é que foi iniciado o desmantelamento gradual dos entraves ao comércio, com a substituição dos controles administrativos, principalmente o regime de quotas, por um sistema de tarifas. Esse é um acontecimento de elevado significado econômico e político de ampla repercussão para a China e toda a comunidade internacional.

Isso significa a ratificação formal de sua conversão ao livre mercado e a opção pelo multilateralismo, sem prejuízo de avanços em relação à integração regional. Revela, também, o interesse em reduzir a pressão dos Estados Unidos nas relações bilaterais, isolar Taiwan³⁸ e possivelmente aumentar o poder de barganha dos países em

³⁷ Como parte dos compromissos assumidos antes de sua adesão à OMC, a China reduziu as tarifas aduaneiras de um nível médio superior a 40% para cerca de 15%.

³⁸ Taiwan tornou-se membro da OMC, na condição de Território Aduaneiro, logo após a China.

desenvolvimento na OMC³⁹, mas esses são objetivos que secundam a estratégia de adesão do país nesse foro como forma de quebrar as resistências internas, forçar o Partido Comunista Chinês a avançar na implementação das reformas necessárias à liberalização da economia e atrair investimentos diretos externos.

A estrutura tarifária da China é composta de tarifas gerais e preferências, sendo estas últimas decorrentes de acordos comerciais bilaterais que estipulavam para 1992, 1996 e 2000, tarifas médias de 42,9%, 23,6% e 16,4%, respectivamente (OCDE, 2002c). Em 2002, de um total de 7.062 itens tarifários, 525 apresentavam tarifas inferiores a 5% e 3.027 acima de 15%, sendo que a tarifa máxima era de 121,6% (Brasil, 2002a). Segundo o governo chinês, em 2001, a tarifa média de importação teria sido de 15,3%, ligeiramente superior ao que deverá prevalecer a partir de 2004, nas importações agrícolas (OCDE, 2002c), quando terão sido implementados os compromissos assumidos junto à OMC. O intervalo tarifário naquelas importações se situaria entre 0% e 65% e as taxas mais elevadas seriam as aplicadas aos cereais.

Os produtos do agronegócio que gozam de maior proteção tarifária são os animais vivos e os produtos dos reinos animal e vegetal, gorduras e óleos vegetais e produtos das indústrias alimentícias, destacando-se os picos tarifários, com tarifas superiores a 69% (Brasil, 2002a), que incluem produtos tais como cevada, milho, arroz, soja, óleos de soja, de amendoim e de girassol.

³⁹ Logo após os Estados Unidos e a União Européia terem apresentado à OMC um documento conjunto no qual se posicionam quanto à abertura dos mercados agrícolas, a China uniu-se ao Brasil e à Índia, na defesa da liberalização do comércio de produtos agrícolas a partir de 2005.

Como condição para tornar-se membro da OMC, os compromissos assumidos pela China estão consubstanciados nos acordos bilaterais firmados com os Estados Unidos, a União Européia, o Brasil e outros países membros, num total de 37, e com o Grupo de Trabalho daquela organização referente às modalidades de implementação dos compromissos assumidos por aquele país. No que se refere ao acesso a mercados, esses compromissos abrangem a eliminação ou a redução de tarifas aduaneiras e barreiras não tarifárias, sobretudo na importação de produtos agrícolas.

Até 2005, a implementação daqueles compromissos deverá ocorrer, em sua maior parte, sendo que o prazo-limite para finalização desse processo vai até 2010. Assim, em 2005, quando a “desgravação” tarifária estará praticamente concluída, o nível médio das tarifas incidentes sobre produtos agrícolas será de 15%, aproximadamente 4 pontos percentuais inferiores ao vigente em 2001, sendo a tarifa mais baixa 0% e a mais alta 65%. Essa redução será mais acentuada para os produtos industriais, de 14,8% para 8,9%, e o intervalo tarifário se situará entre 0% a 47%.

Essa liberalização comercial, a ser realizada pela China, decorreu da negociação bilateral de listas de pedidos e ofertas na área de bens e serviços, inclusive com o Brasil (Tabela 9), cujo resultado é multilateralizado, ou seja, se estende automaticamente para todos os demais países membros, em decorrência do princípio de nação mais favorecida. Assim, os produtos de interesse do Brasil serão beneficiados não só pelas concessões que lhe foram diretamente outorgadas, mas também por aquelas obtidas por outros países, inclusive no que se refere aos contingentes tarifários (quotas com tarifas reduzidas).

Tabela 9. Concessões tarifárias outorgadas pela China, para produtos de interesse do Brasil.

Produto	Inicial	Final	Prazo	NMF (%)
Carne bovina sem osso	3,8	12	2004	39
Carnes e miudezas não cortadas	20	1,6 Yuan/kg
Carnes e miudezas em pedaços	16	10	2004	...
Café não torrado, não descafeinado	15	8	2004	1,0-2,7 Yuan/kg
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	15
Sementes de soja	3	3
Óleo de soja (bruto)	9	114
Outros óleos de soja	74,14	9	2005	40
Suco de laranja congelado	74,14	9	2005	121,6
Extratos, essências e concentrados de café	15	121,6
Preparações à base de extratos, essências	36,8	17	2004	35
ou concentrados à base de café	43,3	30	2005	44
Frutas cítricas*	20	12	2004	...
Outras frutas*	13-20	10-13	2004	47
Carne de frango*	18,4	10	2004	...
Carne bovina*	23,2	12	2004	...
Tabaco*	28	10	2004	...

Fonte: Brasil (2002a?); * FAO (2002).

A China comprometeu-se, também, em não conceder subsídios⁴⁰ agrícolas em montante superior a 8,5% do valor da produção do setor, ficando assim abaixo do limite fixado pelo Acordo Agrícola da OMC para países em desenvolvimento – cláusula de minimis – (Brasil, 2002a); eliminar as restrições não tarifárias que distorcem o comércio, tais como licenças para importar⁴¹, quotas, critério de conteúdo local e outras restrições quantitativas ao livre comércio de produtos industriais e agrícolas; e conferir maior transparência a esses instrumentos.

⁴⁰ As dotações orçamentárias de subsídios diretos às exportações foram oficialmente abolidas em 1991, mas permaneceram os subsídios indiretos, sob a forma de redução de impostos e de taxa de juros (Lohmar, 2002, p. 2).

⁴¹ O sistema de licença de importação continua atribuindo à empresa Ceroilfood os direitos de importação para produtos considerados estratégicos, tais como grãos, açúcar, algodão e leite em pó.

Em relação aos produtos agrícolas, essas restrições serão substituídas por um sistema de contingentes tarifários, que consiste na fixação de quotas com tarifas inferiores às aplicáveis para quantidades que excedem as quotas. Esses contingentes seriam aumentados, anualmente, até o final de 2004, e os relativos aos óleos de soja e de palma eliminados até janeiro de 2006, quando seriam substituídos por uma taxa uniforme de 9% (Tabela 10). O mesmo deverá ocorrer com outros produtos, tais como colza, cevada e os óleos de amendoim, girasol, algodão e milho.

Tabela 10. Contingentes tarifários aplicáveis aos produtos agrícolas.

Produto	Ano (1)	Quota	Tarifa	Tarifa	Tarifa	Reserva de Empresas comerciais do Estado ⁽²⁾ (%)
		(milhões de toneladas)	Intra Quota (%)	Extra Quota (%)	Extra Quota (%)	
Milho	2001	5,18	1-10	-	-	71
	2004	7,20	1-10	-	-	60
Óleo de soja ⁽³⁾	2001	2,12	9	74,14	9	42
	2005	3,59	9	ou	9	10
Óleo de palma ⁽³⁾	2001	2,10	9	78,3	-	42
	2005	3,17	9	-	-	10
Óleo de colza	2001	0,74	9	-	-	42
	2005	1,24	9	-	-	10
Açúcar	2001	1,68	20	-	-	70
	2004	1,95	15	-	-	70
Algodão	2001	0,78	1	71,6	50	33
	2004	0,89	1	71,6	50	33

Fonte: Brasil, 2002a.

⁽¹⁾ As cifras indicadas na primeira e na segunda linhas referem-se às tarifas e quotas vigentes antes da acessão e ao final do período de implementação.

⁽²⁾ OCDE (2002b).

⁽³⁾ Os contingentes tarifários serão eliminados em janeiro de 2006.

A China deixará de praticar preços mínimos ou de referência e permitirá que os preços internos de todos os setores sejam determinados pelo mercado, salvo disposição em contrário do Protocolo de Adesão do país à OMC, em cujo caso publicará em seu Diário Oficial a lista de produtos submetidos ao sistema de fixação de preços pelo governo. E a participação das empresas públicas ou de economia mista no mercado seguirá critérios estritamente comerciais.

O sistema de preços administrados pelo governo⁴² abrange os produtos de primeira necessidade, os insumos a produção e os produtos agrícolas, e consiste na fixação de um preço-base ou os intervalos de sua variação, geralmente de 5% a 15%. No caso dos produtos agrícolas, tem-se que 9,1% dos preços são fixados pelo governo, 7,1% são orientados e 83,3% são livremente determinados pelo mercado (Brasil, 2002a).

Apesar da redução de todas as restrições ao comércio realizadas pela China, o país continua sendo um mercado de difícil acesso devido a uma política comercial que procura estimular as importações de produtos considerados benéficos ao seu desenvolvimento econômico, tais como os de alta tecnologia e sem similar nacional e as matérias-primas destinadas à produção de bens exportáveis.

Em relação aos produtos não considerados prioritários ou que concorrem com os produzidos por empresas chinesas, são utilizadas todas as medidas possíveis, tarifárias e não tarifárias, para restringir suas

⁴² Os preços têm sido gradualmente liberalizados pelo governo chinês e atualmente menos de 10% deles estão controlados.

importações, o que induziu as empresas estrangeiras a produzi-los na própria China. Essa é a regra geral, mas as empresas de capital estrangeiro, voltadas às exportações, gozam de reduções tarifárias na importação, sendo que esse benefício abrange cerca de três quartos de suas importações.

Conseqüências da Acessão da China à OMC



exemplo da experiência brasileira de abertura comercial, a China experimenta forte resistência política⁴³ no seio do partido e das classes produtoras, sob o falso temor de que o aumento na concorrência de produtos importados pudesse limitar as oportunidades de crescimento da produção e do emprego na agricultura, sobretudo a curto prazo, devido à possível ocorrência de excedentes de produção e às dificuldades de reconversão produtiva. O ingresso do país na OMC não só contribuiu para vencer aquelas resistências, mas certamente estimulará, também, sua inserção na economia mundial e a continuidade do crescimento da economia.

Diversos estudos foram realizados por diferentes instituições no período 1996 – 2000, com o objetivo de avaliar o impacto da entrada da China na OMC sobre a economia do país. Alguns deles utilizam modelos estáticos de análise e outros modelos dinâmicos, e apresentam diferentes resultados, segundo suas hipóteses em relação à intensidade das reduções tarifárias e à eliminação ou

⁴³ Somente em 1992, o Partido Comunista Chinês aderiu oficialmente à economia de mercado socialista.

não dos contingentes tarifários incidentes sobre as exportações chinesas de têxteis e de vestuários.

Em consequência, suas conclusões são diferentes. Para uns, haveria um acentuado aumento do PIB, de até 7,7%, devido à maior especialização produtiva segundo as vantagens comparativas do país e os consequentes ganhos de eficiência, e melhoria da competitividade, resultante de reduções nas tarifas aduaneiras. Para outros, haveria um choque de competitividade na economia do país e os setores de menor vantagem comparativa seriam fortemente penalizados, causando instabilidade econômica em curto prazo. As migrações do campo para as cidades se acentuariam, sem que fossem compensadas pela criação de novos empregos, e as desigualdades de renda entre os setores urbano e rural seriam acentuadas.

Os ganhos estáticos máximos em relação ao setor externo, ao final do período de implementação dos compromissos decorrentes da acessão da China na OMC, consistiriam, segundo a OCDE (OCDE, 2002c), num aumento de US\$ 62 bilhões nas exportações e de US\$ 47 bilhões nas importações. Se a esses ganhos forem adicionados os ganhos dinâmicos, as exportações e importações aumentariam, respectivamente, de US\$ 66 bilhões e US\$ 48 bilhões. Quanto aos seus efeitos sobre o setor agrícola, considera-se que a redução das barreiras tarifárias, quando considerada isoladamente, teria um impacto moderado relativamente ao setor industrial, mas quando conjugadas à remoção ou à redução das barreiras não tarifárias e das subvenções aos cereais e produtos de origem animal⁴⁴, os efeitos seriam mais expressivos,

⁴⁴ Principalmente arroz, trigo, milho, soja, carne suína, bovina e de ovinos e aves, e outros.

particularmente sobre a produção e o comércio de determinados produtos agrícolas básicos.

Como era de se esperar, os referidos estudos consideram que a redução da participação relativa da produção e das exportações agrícolas chinesas no PIB tende a ocorrer de forma mais acelerada, em decorrência da adesão do país à OMC. Estima-se que no período 1992 – 2005, a participação da agricultura na produção agregada seria reduzida de 22% para 13%.

Considerando que as tarifas e demais barreiras não tarifárias praticadas na China eram elevadas, em média superiores às dos seus parceiros comerciais, a expectativa é de que o efeito comercial de seu ingresso na OMC deverá recair mais sobre as importações, reduzindo-as, do que sobre as exportações, aumentando-as. Essa expectativa seria reforçada ainda mais pela supressão dos contingentes tarifários incidentes sobre as exportações chinesas de têxteis (Acordo Multifibras), pois com a produção e a exportação de têxteis, as de vestuário também seriam estimuladas. O fato de daqueles produtos serem intensivos em mão-de-obra teria por efeito aumentar a demanda interna de alimento, restringir as exportações e aumentar as importações, sobretudo de produtos intensivos no uso da terra, tais como grãos e oleaginosas.

Na hipótese de liberalização total do comércio, estima-se que os preços internos da maior parte dos cereais cairiam e seriam acompanhados de queda na renda agrícola, provocando um acentuado aumento do consumo e das importações no período 2000 – 2005, atingindo, respectivamente, 29,2 e 23,4 milhões de toneladas de acréscimos anuais. Espera-se que o inverso ocorra com a maior parte dos produtos de origem animal,

havendo a previsão de que suas exportações aumentem 7,8 milhões de toneladas em 2005. Entretanto, segundo a OCDE, a liberalização comercial da China após seu ingresso na OMC, considerada isoladamente, pouco afetaria o comércio agrícola, assim como a estrutura produtiva do setor, mas seus efeitos seriam mais acentuados se a liberalização fosse acompanhada de uma reforma em suas políticas agrícolas.

Segundo o Usda (2002), a acessão da China à OMC deverá fazer com que o país se torne importador líquido de milho no período 2002 – 2009, com um volume médio anual de 4,8 milhões de toneladas, inferior ao contingente tarifário do produto, e deixe de exportar o produto devido ao seu compromisso em não mais subsidiar as exportações.

As importações de soja em grão também tenderiam a aumentar, situando-se em 21 milhões de toneladas anuais ao longo daquele período, em decorrência dos elevados investimentos feitos na ampliação da capacidade de esmagamento de soja e outras oleaginosas, o que não impedirá o aumento das importações de óleo de soja para 1 milhão de toneladas anuais. Ainda segundo aquele estudo, o ingresso da China na OMC provocaria aumento na demanda e nos preços mundiais daqueles produtos, o mesmo devendo ocorrer com as exportações dos Estados Unidos para o mercado chinês, num valor estimado de 1 bilhão de dólares no período 2002 – 2009.

Estima-se que até 2011 – 12, as importações chinesas de soja em grão deverão atingir 30 milhões de toneladas anuais, e as de milho 7,8 milhões. Essas projeções certamente estão consubstanciadas nos aumentos históricos crescentes da produção de carnes e da demanda

derivada de grãos⁴⁵ e farelo para alimentação animal, em níveis superiores à capacidade produtiva do país, conforme observado ao longo dos últimos anos.

As mudanças havidas na estrutura produtiva do setor agrícola e nos padrões de consumo na China, associadas à melhoria nos níveis de renda, são decorrentes do programa nacional de modernização do país, e do elevado e contínuo crescimento da economia, sendo este um cenário que tenderá a perdurar nas próximas décadas. Isso implica na ampliação das oportunidades de maior participação do Brasil nas importações agrícolas daquele país, a exemplo da evidência de aumento das exportações do agronegócio brasileiro para a China, nos últimos anos.

Desenvolvimento Agrícola



Desde os tempos de Mao, o grande desafio enfrentado pela agricultura chinesa é alimentar adequadamente os habitantes do país, cerca de 20% da população mundial, e reter os rurícolas no campo, dadas suas limitadas disponibilidades de terras agricultáveis, da ordem de 120 a 140 milhões de hectares, equivalentes a 15% da sua superfície ou 7% das terras cultivadas no globo. Em todo esse período, a auto-suficiência alimentar tem sido a meta do Partido Comunista Chinês, o que não impediu a ocorrência de graves crises de abastecimento e até mesmo o que se denomina de *famine* em 1959 e 1961. Apesar do

⁴⁵ No período 1995 – 2001, as importações chinesas de soja em grão passaram de US\$ 75 milhões para US\$ 2,5 bilhões.

aumento da produção e dos ganhos de produtividade do setor, obtidos com as reformas introduzidas, o país continua dependente da importação de produtos agrícolas básicos, tais como soja e suco de laranja.

Logo após a implantação da República Popular da China, Mao realizou a reforma agrária, conferiu a propriedade da terra às coletividades rurais por intermédio dos governos municipais ou locais, e reuniu os agricultores em cooperativas socialistas, possibilitando assim um crescimento da produção superior ao da população, mas sem melhorias da renda, que se situava em nível muito baixo. Esse quadro é alterado a partir de 1978, quando progressivamente é abandonado o sistema coletivo de produção em favor do livre mercado, mas sem abandonar a propriedade coletiva da terra.

Inicialmente, as grandes fazendas do Estado existentes nas regiões pioneiras do país são conservadas, mas a maior parte das terras foi disponibilizada às famílias rurais para aluguel, por um período de 20 a 30 anos, sendo os agricultores obrigados a fornecer uma parte da produção ao governo, cujas quantidades e respectivos preços são por ele fixadas, mas têm a liberdade de vender o restante da produção no mercado.

Segundo as forças de mercado, essa substituição, ainda que parcial, do planejamento estatal pela liberdade⁴⁶ de produção e comercialização contribuiu para o aumento da produtividade agrícola⁴⁷ e melhoria dos níveis

⁴⁶ A liberalização do mercado agrícola foi iniciada pelos produtos considerados não estratégicos, tais como vegetais, frutas, peixe, pecuária, as culturas de oleaginosas e as destinadas à produção de açúcar.

⁴⁷ Na China, os níveis de produtividade dos grãos têm sido sobrestimados pelo fato de parte das áreas cultivadas não ter sido considerada por falta de informação (Crook & Colby, 1996).

de renda, observados durante as reformas na primeira metade dos anos 80, graças a uma mudança na estrutura de produção e de intensa realocação dos recursos produtivos, em conformidade com sua dotação relativa, segundo o princípio das vantagens comparativas na produção.

Sendo a China abundante em mão-de-obra relativamente ao fator terra, houve aumento na produção dos bens que utilizam intensivamente mão-de-obra, tais como frutas, legumes e produtos hortícolas, em detrimento da produção dos bens intensivos no fator terra, tais como grãos e oleaginosas. Em consequência, foi gerado um excedente de mão-de-obra que resultou em intenso movimento migratório para outras atividades rurais, sobretudo industriais, fortemente incentivadas pelo governo, especialmente com o objetivo de contê-los no meio rural e atenuar a migração clandestina em direção aos centros urbanos⁴⁸.

Segundo Rocca (1997), as empresas⁴⁹ de pequeno porte, intensivas em trabalho e orientadas para o setor externo, experimentaram grande êxito desde sua criação a partir da segunda metade dos anos 80, graças às suas vantagens comparativas em termos de custos da mão-de-obra e ao recebimento de benefícios do poder público local, graças, também, às suas relações políticas e de amizade.

A participação dessas empresas no PIB passou de 4% em 1970, para 30% em 1999 (FAO, 2002), o que

⁴⁸ Apesar desses esforços, mais de 100 milhões de trabalhadores excedentes migraram, clandestinamente, para os centros urbanos.

⁴⁹ Essas empresas estão concentradas nas províncias costeiras.

resultou em acentuada queda na participação da agricultura na renda rural nesse mesmo período (Tabela 11), mas contribuíram de forma significativa para a geração do emprego e da renda rural, assim como para o dinamismo da economia chinesa. Em 1996, elas empregaram 131 milhões de trabalhadores, o correspondente a 28% da mão-de-obra rural, e foram responsáveis pela geração de 47% da renda rural em 1999 (OCDE, 2002b).

Tabela 11. Renda rural na China, no período 1985–1999.

	1985	1990	1995	1998	1999
Renda rural total	100%	100%	100%	100%	100%
• Agricultura, inclusive floresta e pesca	75%	74%	63%	57%	53%
• Atividades rurais não-agrícolas	25%	26%	37%	43%	47%

Fonte: OCDE, 2002c).

A partir de 1996, o desenvolvimento das empresas rurais se desacelera e suas exportações são fortemente reduzidas após a crise asiática ocorrida em 1997, em decorrência do menor acesso ao crédito provocado pela reforma do sistema bancário, aumento da concorrência, redução nas margens de lucro e menor crescimento da economia. A influência desses fatores foi exacerbada pelos graves problemas estruturais enfrentados pelo setor, tais como deficiências no fornecimento de energia, baixo nível tecnológico, deficiências dos meios de comunicação e transporte, escassez de matéria-prima, dificuldades financeiras, ineficiência produtiva, maior distância dos mercados consumidores relativamente aos seus concorrentes urbanos, além da ocorrência de intensa privatização daquelas empresas, notadamente a partir de meados dos anos 90, reduzindo assim a participação das empresas rurais de propriedade coletiva de 78% no final de 1994, para menos de 20% no final de 2000 (Park, 2001).

Analogamente, ao que ocorreu no setor rural não agrícola, a agricultura chinesa cresceu acentuadamente na primeira metade dos anos 80, muito acima de sua taxa histórica. Enquanto no período 1952 – 1978 essa taxa foi de 2,4%, no período pós-reforma, de 1978 a 1984, a produção de grãos, principal atividade agrícola do país, cresceu 4,8% e atingiu 407 milhões de toneladas (DU, 2001), ou seja, um aumento de 100 milhões de toneladas em apenas 6 anos. No caso do algodão e das oleaginosas, segundo Chen et al. (1999) a disparidade das taxas de crescimento é ainda maior, passando, respectivamente, de 1,0% e 0,8% (1952 – 1978) para 7,7% e 13,8% (1978 – 1984).

Em 1985, a produção experimentou uma acentuada queda (6%) e manteve-se relativamente estagnada nos anos subsequentes até meados dos anos 90⁵⁰, devido a quedas de preço e ao esgotamento dos benefícios associados ao sistema de responsabilidade das famílias de agricultores. Contudo, depois voltou a crescer, aproximadamente 3,5% no período 1996 – 2000, atingindo 508 milhões de toneladas em 1999 (DU, 2001). Em 2001, o país enfrentou grave seca e a produção de cereais caiu para 452,6 milhões de toneladas.

Segundo projeções realizadas por Crook & Colby (1996), na China, a área dedicada à produção de grãos, que atingiu 87,4 milhões de hectares em 1995, deverá ser de 86,7 milhões de hectares em 2005, devido à substituição de área em favor de culturas mais rentáveis, tais como frutas e vegetais.

⁵⁰ No período 1985 – 1995, a taxa de crescimento da produção de grãos foi de apenas 1,7% (FAO, 2002).

Embora os efeitos dessa redução possam ser compensados por ganhos de produtividade, a continuidade destes dependerá de uma mudança na estrutura fundiária, ainda fortemente baseada na produção em pequena escala⁵¹ e pouco mecanizada devido ao excesso de mão-de-obra; e da realização de investimentos em pesquisa, na produção de fertilizantes e na ampliação do acesso aos recursos hídricos. Dependerá também das restrições ditadas pelo excessivo uso de fertilizantes nas principais regiões produtoras do país (Tabela 12), pelos efeitos negativos dos defensivos sobre o meio ambiente⁵² e da limitada disponibilidade dos fatores terra e água, que não estão sujeitos às forças de mercado.

Tabela 12. Principais produtos agrícolas produzidos pela China, em milhares de toneladas.

Produtos	1949	1978	2000	2001
Cereais	113,18	304,77	462,18	452,62
Algodão	0,44	2,16	4,41	5,32
Oleaginosas	2,56	5,21	29,54	28,72
Cana-de-açúcar	2,64	21,11	68,28	77,00
Beterraba	0,19	2,70	8,07	10,90
Tabaco	0,04	1,05	2,23	2,04
Chá	0,04	0,26	0,68	0,690
Frutas	1,20	6,57	62,25	65,36
Carnes suína, bovina e ovina	2,20	8,56	61,25	63,40
Produtos aquáticos	0,45	4,65	42,78	43,75

Fonte: www.china.org.cn/french/china2002/index.htm (China, 2002).

⁵¹ A área média das explorações familiares é de 0,66 hectare e a densidade populacional no meio rural é de 2,2 pessoas por hectares (Encyclopédia Yahoo, 2003a). Segundo a FAO (2002), na China, o tamanho médio da área cultivada é de 0,45 hectare.

⁵² Segundo Xiaoyun et al. (1997), as políticas agrícolas enfatizaram o objetivo de aumentar a produção e negligenciaram a preservação do meio ambiente, resultando na deterioração dos recursos naturais justamente nas áreas mais intensamente utilizadas na produção agrícola.

Política Agrícola



As políticas agrícola e comercial da China sempre foram e continuam sendo baseadas no objetivo de manter elevado grau de auto-suficiência na produção de alimentos, especialmente de grãos, e aumentar a renda rural. Para tanto, os agricultores são obrigados a entregar ao governo uma certa quantidade de grãos, que os mantêm em níveis artificialmente elevados, em troca do direito de acesso à terra.

A produção agrícola continua sujeita a acentuada intervenção governamental no caso dos produtos considerados de interesse estratégico para assegurar o abastecimento alimentar, mas os demais produtos seguem basicamente as leis de mercado. Essa dualidade também é observada em relação ao setor externo, embora o regime comercial da China tenha mudado consideravelmente ao longo dos últimos 20 anos. Deixou de ser altamente centralizado, planejado e voltado para a substituição de importações, e tornou-se mais descentralizado e orientado para o mercado e para a promoção das exportações.

Desde o início do processo de modernização da China, em 1978, sua política agrícola sofreu profundas e persistentes mudanças, que foram intensificadas a partir de 2001, quando o país tornou-se membro da OMC, mas sempre orientadas pela estratégia de substituição gradual da planificação central para a economia de mercado. A exemplo de outros países em desenvolvimento, como o Brasil, uma dessas mudanças foi a substituição de políticas negativas em relação à agricultura, que consistia em

taxá-la fortemente e obrigar os agricultores a vender seus produtos a preços inferiores aos de mercado, como forma de subsidiar o consumo urbano e o desenvolvimento industrial, por políticas positivas de estímulo ao setor. Uma síntese dos principais instrumentos da política agrícola chinesa é apresentada a seguir:

Sistema de responsabilidade familiar na produção

O sistema de comunas implantado pelo presidente Mao, em 1958, foi modificado, conferindo maior autonomia aos agricultores para tomar decisões econômicas relativas ao uso de insumos, volume de produção e sua comercialização. Inicialmente, limitado à produção de algodão nas áreas mais pobres da China, o sistema teve grande êxito em relação ao objetivo de aumentar a produção e a renda dos agricultores e foi estendido para oleaginosas e grãos e para outras regiões mais ricas, costeiras e do interior. Segundo esse sistema, uma parte da produção é obrigatoriamente destinada ao governo, em conformidade com as quotas e preços por ele estabelecidos.

Incentivo à indústria rural

Essa política consiste em promover a implantação e o desenvolvimento de indústrias na zona rural, com o objetivo de criar emprego para os excedentes de mão-de-obra rural e elevar a renda da agricultura. Até o final dos anos 80, essas indústrias absorveram mais de 100 milhões daqueles agricultores e, em 1987, o valor bruto de sua produção ultrapassou o PIB agrícola.

Sistema de responsabilidade dos governadores na apropriação de grãos

Esse sistema foi introduzido em 1995, para pressionar as lideranças comunitárias a promoverem o aumento da produção de alimentos e o desenvolvimento da agricultura, cabendo a elas assegurar o suprimento de grãos no âmbito da respectiva província e a estabilidade de preços. Trata-se, aqui, de alcançar a almejada auto-suficiência em grãos, que levada ao extremo, resultou em má alocação de recursos e induziu as autoridades locais a superestimarem os dados relativos à produção.

Política de preços

A política de preços abrange o controle da comercialização por parte do governo e o livre mercado, cujo funcionamento está sujeito às disciplinas das instituições governamentais, sendo que as companhias estatais de comercialização permanecem como o principal meio de compra e venda de grãos e outras culturas importantes. Essas políticas apresentam elevado grau de incertezas, pelo fato de estarem sujeitas a mudanças abruptas. Esse é o caso dos preços fixados pelo governo, para a aquisição das quotas de produção que os agricultores são obrigados a lhe fornecer. Até 1997, esses preços permaneceram, em graus variados, abaixo dos preços de mercado e, nos anos subsequentes, situaram-se acima daqueles preços, caracterizando um subsídio à produção.

A partir de 1985, o governo reduziu a magnitude daquelas quotas, como incentivo ao aumento da produção

e da renda agrícola, mas aumentou suas compras de grãos com base num preço negociado, geralmente superior ao preço de aquisição de quotas, deixando de fixar os preços de aquisição no varejo para frutas, vegetais, produtos do setor de pecuária, resultando em aumentos na sua produção.

Programa de preços de apoio

A partir de 1997, o governo instituiu uma política de preços de apoio e elevou os preços de aquisição associados a um regime de quotas. Um subsídio era concedido às empresas públicas de comercialização pelos grãos por elas adquiridos, com base nos preços de apoio mantidos em níveis elevados. Nesse caso, o governo estimula o comércio de grãos, mas não faz aquisições junto às empresas, e deixa todo o risco de mercado por conta delas.

Liberalização do sistema de comercialização e de preços do algodão

No ano-safra de 1999–2000, o governo não fixou o preço de aquisição de algodão, deixando que o mercado o fizesse, e pôs fim ao monopólio estatal na compra e venda de algodão, mas manteve o monopólio estatal na comercialização externa. As importações foram restringidas e as exportações estimuladas por meio de subsídios e redução de impostos, resultando numa redução de 80% nas importações. Essa medida fez com que a China se tornasse exportadora líquida de algodão.

Política comercial agrícola

A China tem um sistema duplo de taxa de câmbio, sendo uma delas oficial, fixada pelo governo, e outra fluutuante com um intervalo de variação delimitado por 5% acima e abaixo da taxa de câmbio oficial. Essa taxa se aplica a todo o intercâmbio comercial, inclusive o realizado nas ZEEs. Os principais instrumentos da política comercial chinesa são:

- Comércio estatal⁵³.
- Imposto sobre Valor Adicionado⁵⁴, incidente na produção e nas importações.
- Licenças de importação e de exportação, a serem eliminadas até 2004, devido à acessão do país à OMC.
- Administração do comércio exterior de grãos, que consiste no controle das quantidades exportadas e importadas, com o objetivo de isolar o mercado interno das flutuações do mercado internacional, e na fixação de preços no comércio de grãos, de modo a eliminar os efeitos dos preços externos sobre o mercado interno.

Em sentido análogo, em 2002, a China adotou novas medidas em relação aos produtos geneticamente modificados⁵⁵, passando a exigir que esses produtos,

⁵³ Grande parte do comércio de grãos e oleaginosas é controlado por uma empresa estatal monopolista denominada Companhia Chinesa de Importação e Exportação de Cereais, Óleos e Alimentos.

⁵⁴ O imposto sobre Valor Adicionado incidente na produção é de 13% na agricultura e 17% na indústria.

⁵⁵ A China desenvolveu variedades geneticamente modificadas para a maioria das culturas, mas somente algumas delas foram aprovadas para uso comercial (Gale & Lohmar et al., 2002).

quando importados, sejam rotulados e acompanhados de certificados sanitários, o que certamente poderá ter efeitos restritivos ao seu comércio.

Política de insumos

O fornecimento de energia, água, eletricidade e sementes é subsidiado pelo Estado, sendo que os agricultores de baixa renda nada pagam por alguns desses insumos e gozam de redução ou eliminação de impostos. A produção e a distribuição de insumos agrícolas também são beneficiadas pela isenção do Imposto sobre Valor Adicionado, e as importações de fertilizantes estão sujeitas a um regime de quotas e de preços administrados por uma Comissão Governamental de Planejamento e Desenvolvimento, mas são isentas de tarifa de importação. No caso das vendas de fertilizantes no mercado interno, há plena liberdade somente para as empresas de pequeno porte, pois para as de grande porte essa liberdade está restrita a determinada percentagem da produção, sendo que a parte restante tem preços controlados.

Política de estocagem

Dados os objetivos de auto-suficiência na produção, estabilidade de mercado e segurança alimentar, a China atribui elevada importância à formação de estoques, principalmente de grãos. O montante dos estoques de grãos equivalem a 3 meses de consumo nas províncias com superávits na produção e 6 meses nas províncias com déficit. Em todo o país, esses estoques são da ordem de 66 milhões de toneladas.

As Relações Bilaterais Brasil – China e suas Perspectivas



Brasil e a China apresentam características semelhantes quanto às suas disponibilidades de recursos produtivos e às principais diretrizes de política econômica. Ambos têm vocação agrícola e são grandes produtores agrícolas mundiais – o Brasil é auto-suficiente na produção alimentar e os chineses estão próximos de sê-lo⁵⁶ – encontram-se em processo de abertura econômica e comercial, e buscam ampliar sua inserção no mercado internacional e promover a integração regional. Suas estratégias de desenvolvimento inicialmente seguiram um modelo de economia fechada, na China por força do regime político, que optou por priorizar a agricultura e, no Brasil, por força do modelo econômico de substituição de importações, adotado como estratégia de desenvolvimento baseada na industrialização.

Nos anos 80, com uma defasagem de pouco menos de uma década, ambos os países optaram, por abrir suas economias, expandir as exportações e atrair o ingresso de capitais externos de risco, mas com resultados divergentes, conforme anteriormente mencionado. Enquanto ao longo dos últimos 20 anos a China manteve elevadas taxas de crescimento e acentuada expansão das exportações, a economia brasileira manteve-se praticamente estagnada e foi modesto o crescimento do seu intercâmbio comercial, mas a partir dos anos 90 recuperou, de forma expressiva, os ingressos de IED, embora

⁵⁶ A China produz 95% de suas necessidades alimentares de grãos, que somados aos vegetais respondem por 70% do consumo alimentar per capita do país (Carter & Rozelle, 2002).

correspondam grosso modo à metade do volume desses recursos absorvidos pela economia chinesa no mesmo período. O resultado dessa evolução está refletido nos indicadores macroeconômicos dos dois países, apresentados na Tabela 13.

Tabela 13. Indicadores econômicos e sociais do Brasil e da China em 2002.

Especificação	Unidade	China¹	Brasil²
População total	Milhões	1.284	174,6
População rural	%	60	18,7
População Economicamente Ativa - PEA	Milhões	737,4	83,2
PEA rural	Milhões	489,6	17,9
Participação da força de trabalho rural na PEA	%	66,4	31
Área total	Milhões de hectares	960	854,7
Área agricultável	Milhões de hectares	469	250,2
Lavoura	Milhões de hectares	156	65,2
Pastagens	Milhões de hectares	313	185
Floresta	Milhões de hectares	159	350
Área Plantada de grãos	Milhares de hectares	104	43,9
Produção de grãos	Milhares de toneladas	457	123,1
PIB	US\$ Trilhão	1,237	0,451 ³
PIB per capita	US\$	963,4	2583 ³
Exportações Totais	US\$ Bilhões	325,2	60,3
Importações Totais	US\$ Bilhões	295,2	47,2
Exportações Agrícolas	US\$ Bilhões	16,4	12,9
Importações Agrícolas	US\$ Bilhões	19,5	3,8
IED	US\$ Bilhões	52,7	16,6
Reservas Internacionais	US\$ Bilhões	286,4	37,8
Dívida Externa	US\$ Bilhões	109,0	212,8 ⁴

Fontes:

¹ China: National Bureau of Statistics, 2003

² Brasil: Bacen, 2002; Mapa, 2003.

³ Estimativa do Bacen, obtida pela divisão do PIB a preços correntes pela taxa média anual de câmbio de compra.

⁴ Jan/set.

Embora os indicadores da economia brasileira das décadas de 80 e 90 tenham sido geralmente desfavoráveis, sobretudo quando contrastados com os da China, o quadro econômico atual do país e as perspectivas de

retomada, ainda que moderada, do crescimento e da continuidade da tendência de expansão das exportações são fortemente favoráveis. Isso é particularmente verdadeiro em relação ao setor agrícola, cujo valor agregado da produção nos últimos anos teve crescimento médio anual da ordem de 5,5%⁵⁷, aproximadamente duas vezes superior à taxa de crescimento da economia como um todo, e suas exportações têm experimentado sucessivos recordes, inclusive quando destinadas ao mercado chinês, contribuindo assim para assegurar crescentes superávits na balança comercial.

A produção brasileira de grãos ultrapassou a barreira das 100 milhões de toneladas e atingiu um recorde de 123,2 milhões em 2003. Uma expansão ainda mais surpreendente ocorreu com as exportações do agronegócio, que passaram de US\$ 20,6 bilhões em 2000, para US\$ 30,6 bilhões em 2003, um aumento de quase 50%. Desse total, cerca de US\$ 2,3 bilhões foram exportados para a China, que tem sido um dos principais mercados de destino das exportações brasileiras. Só no período de janeiro a julho de 2004, essas exportações foram de US\$ 2,0 bilhões.

Em termos de produção ou de exportações, esse desempenho decorre dos ganhos de produtividade da agricultura, evidenciados pelo fato da produção física de grãos ter crescido aproximadamente 100% nos últimos 13 anos, enquanto a área plantada cresceu somente 12%, e das vantagens comparativas do agronegócio brasileiro, determinadas essencialmente pela dotação de recursos naturais e demais fatores produtivos.

⁵⁷ Em 1999, o PIB agrícola brasileiro foi 107% superior ao valor observado em 1980.

Essas vantagens tendem a crescer na medida em que os custos de transporte e do crédito declinem com a estabilidade macroeconômica e com a retomada do crescimento, o que conjugado com a possibilidade de redução do protecionismo e a conseqüente melhoria das condições de acesso a mercado, seja no plano multilateral ou regional, confere amplas possibilidades de expansão às exportações brasileiras. Isso é particularmente verdadeiro em relação à China, cuja abertura de mercado e elevada demanda de importação agrícola são uma realidade. Esse é o caso de produtos tais como soja em grão, açúcar, suco de laranja, café e carne bovina, para os quais a China é um de nossos principais mercados, no qual as barreiras de acesso a mercado para esses e outros produtos do interesse brasileiro consolidarão a redução de seus níveis em 2004, por força dos compromissos assumidos com o Brasil e na OMC.

As potencialidades produtivas e de comercialização da agricultura brasileira têm um caráter complementar em relação à China, pois apesar desse país ser importante exportador agrícola, principalmente alimentos processados, bebidas, fumo, produtos animais e vegetais, chá, frutas e peixes, e manter-se historicamente próximo da auto-suficiência, nos anos 90 tornou-se um dos principais países importadores de oleaginosas, óleos vegetais e farelo; e com menor destaque milho, trigo, algodão e outros produtos agrícolas (Tabela 14). As importações chinesas de soja em grão passaram de 4 milhões de toneladas em 1998, para mais de 21 milhões em 2003 (Stamberger, 2004).

Tabela 14. Principais produtos do agronegócio importados pela China, no período 1992–2001, em US\$ milhões.

Especificação	1992	1994	1996	1998	2000	2001
Animais vivos	20	23	47	54	52	36
Carne suína	0	0	1	8	58	42
Carne de aves	50	72	140	108	481	443
Peixes e frutos do mar	323	574	597	667	1.212	1.331
Lácteos, ovos e mel	69	85	57	89	218	219
Outros produtos animais	41	49	95	98	158	173
Vegetais	38	15	77	71	82	210
Frutas e nozes	41	66	197	242	368	367
Café	6	1	17	11	6	7
Cereais	1.677	1.281	2.555	696	574	607
Cevada	134	179	304	241	313	382
Oleaginosas	116	133	412	1.344	3.072	3.344
Soja em grão	29	14	320	804	2.270	2.810
Óleo de palma	232	690	527	592	456	426
Óleo de soja	100	651	764	521	126	24
Açúcar	273	446	428	177	182	376
Cacau	36	49	59	64	71	80
Bebidas	35	37	42	75	161	146
Ração	461	347	1.298	1.402	907	639
Fumo	204	32	457	106	204	268
Fertilizantes	3.004	1.938	3.563	2.518	1.730	1.587
Borracha	555	776	1.432	1.115	1.906	2.071
Peles e couros	1.188	1.986	2.359	2.254	2.954	3.169
Algodão cru	430	880	1.196	332	74	71

Fonte: Usda (2002).

São favoráveis as perspectivas de expansão das importações desses produtos pela China, apesar das profundas transformações havidas no setor agrícola e do conseqüente aumento de sua capacidade produtiva, pois estima-se que até 2005, suas importações de grãos⁵⁸ possam atingir 32 milhões de toneladas (Crook & Colby,

⁵⁸ Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, citado por Crook e Colby (1996), a definição de grãos inclui trigo, arroz, milho, sorgo, milheto, cevada e centeio, enquanto para a China os grãos abrangem, também, a batata convertida em seu peso equivalente, soja em grão, pulse (sementes comestíveis de várias plantas), e outros grãos, tal como trigo mourisco.

1996). Segundo Lester Brown, citado por Crook e Colby (1996, p. 16) em 2030, a China deverá importar 207 milhões de toneladas. Essas estimativas afiguram-se extremamente ambiciosas diante das cifras observadas em 2003, e das projeções realizadas por Brum (2004) para as importações chinesas de soja em grão para 2011, da ordem de 30 milhões de toneladas em 2011.

Conjugado com a crescente urbanização e mudanças nos padrões de renda e de consumo da maior população do planeta, como um todo, o crescimento da economia chinesa é um desafio para a China em termos de auto-suficiência alimentar, ao mesmo tempo em que representa uma oportunidade de mercado amplamente cobiçada por todos os países exportadores agrícolas, principalmente os que, a exemplo do Brasil, ocupam uma posição de destaque no cenário agrícola internacional.

Outro aspecto desse cenário agrícola e alimentar na China são as restrições de natureza estrutural ao crescimento da agricultura, a começar pelo fato de serem limitadas as disponibilidades de terra e água, agravadas pela rápida urbanização e industrialização do país e pelo fato da área irrigada corresponder a mais de 40% da área cultivada.

A estrutura fundiária baseada na propriedade coletiva da terra e sua destinação pelos líderes locais às famílias de agricultores, que detém apenas o direito de uso e, excepcionalmente, de arrendar a terra para terceiros, impede que esse recurso seja eficientemente alocado e piora a eficiência produtiva. Essa inadequação é agravada pelo reduzido tamanho das áreas cultivadas por família, pois limita as possibilidades de mecanização e aumento da produtividade, o que poderia ser compensado pela

ampliação dos investimentos em pesquisa agropecuária e contribuir, de forma relevante, para o aumento da produção.

Desde 1980, o governo da China incentivou a pesquisa biotecnológica, inclusive o desenvolvimento de variedades de plantas com alta produtividade e resistentes à seca e às pragas. Essas variedades têm sido testadas no caso de determinadas plantas, peixes e animais de maior importância, mas poucas foram aprovadas para uso comercial, tais como algodão e tomate⁵⁹.

A China enfrenta ainda o grave problema da redução das áreas de floresta, devido aos seus efeitos negativos sobre a ocorrência de inundações e erosão de grandes extensões de terra⁶⁰, e conta com deficiências de infraestrutura portuária, de transporte e de comercialização.

As exportações brasileiras para a China, após terem sido multiplicadas por 12 entre 1992 e 2001, experimentaram uma aceleração nos anos subsequentes e, em 2003, atingiram um recorde de US\$ 4,5 bilhões, das quais pouco mais de 50% corresponderam às exportações do agronegócio, principalmente soja em grão, no valor de US\$ 1,3 bilhão. Isso se deve ao dinamismo dos setores agrícola e agroindustrial da economia brasileira, cujas taxas de crescimento nos últimos anos têm sido superiores às aquelas observadas nos demais setores, contribuindo

⁵⁹ O programa chinês de pesquisa biotecnológica está voltado para o objetivo de segurança alimentar, cuja prioridade é o melhoramento genético da cultura de arroz e de outros produtos alimentares. A partir de janeiro de 2002, o governo passou a exigir que todas as importações de produtos animais ou vegetais, geneticamente modificados, contivessem rótulo e certificado de que não causam dano à saúde humana.

⁶⁰ A erosão do solo na China abrange um sétimo de suas terras, o equivalente a cinco vezes o tamanho do Reino Unido (EIU, 2000).

assim para o êxito do programa de ajustamento macroeconômico em vigor e para a retomada da tendência de crescimento das exportações e assegurar maiores superávits da balança comercial.

Ao longo dos anos 90, a China aumentou substancialmente suas importações de produtos agrícolas de interesse do Brasil, passando de US\$ 9,0 bilhões em 1992, para US\$ 18,8 bilhões em 2001, mas, com a exceção da soja, pouco ou nada aproveitamos dessa expansão. Esse é o caso principalmente da carne suína, carne de aves, peixes e crustáceos, frutas e nozes, e peles e couros, cujas importações chinesas foram das que mais aumentaram. Esses são produtos de exportação brasileira nos quais o País é competitivo e tem elevada capacidade de oferta, e devem ser objeto de avaliação quanto às condições de acesso ao mercado chinês à luz das medidas de liberalização comercial compromissadas por ocasião de seu ingresso na OMC.

A partir de 1994, a participação da China nas exportações brasileiras do agronegócio manteve-se mais elevada do que nas exportações totais, sobretudo em 2003, quando atingiram respectivamente 7,4% e 6,2% (Fig. 4). A maior parte desse valor refere-se a sementes e frutos oleaginosos (US\$ 1,3 bilhão), gorduras e óleos animais e vegetais (US\$ 270 milhões), pastas celulósicas (US\$ 265, 6 milhões), madeira e carvão vegetal (US\$ 122,1 milhões) e peles e couros (US\$ 116,4 milhões).

Apesar do desempenho das exportações brasileiras, totais e do agronegócio, para a China nos anos 90 e especialmente ao longo desse início de século, quando experimenta sucessivos recordes, sua participação na

balança comercial chinesa⁶¹ ainda é modesta ou insignificante, figurando o Brasil como 20º parceiro comercial daquele país (Brasil, 2002b). O mesmo não se pode dizer quanto à importância desse fluxo comercial para o Brasil, pois em 2003, o mercado chinês respondeu por 6,2% do total das exportações brasileiras, e 7,3% das exportações do agronegócio. A China é o parceiro comercial para o qual mais crescem as exportações brasileiras, e em 2001, tornou-se o sexto principal mercado de destino de nossas exportações, ocupando, atualmente, o segundo lugar, depois dos Estados Unidos.

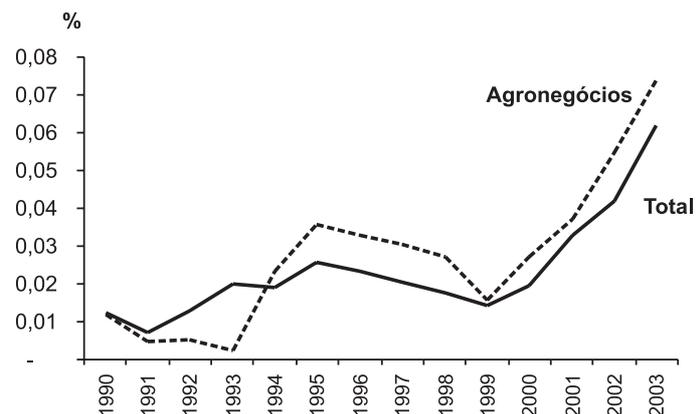


Fig. 4. Participação da China nas exportações brasileiras (1990 – 2003).

Esse desempenho das exportações brasileiras para a China é uma indicação das possibilidades de ampliação do intercâmbio comercial sino-brasileiro, que afiguram-se promissoras graças à melhoria das condições de acesso àquele mercado, à continuidade do acelerado

⁶¹ O Brasil é o principal parceiro comercial da China, na América Latina.

crescimento da economia chinesa e sua crescente dependência do mercado externo para o abastecimento do mercado interno de determinados produtos agropecuários, tais como carnes suína e de aves, frutas, fumo, oleaginosas e soja em grão.

Considerando a importância do mercado chinês para o Brasil e seus parceiros no Mercosul, bem como as dificuldades relacionadas ao início de uma nova rodada de negociações multilaterais no âmbito da OMC, seria recomendável que o governo brasileiro liderasse iniciativas voltadas à criação de uma área de livre comércio entre a China e o Mercosul.

Os arranjos bilaterais ou plurilaterais dessa natureza são uma tendência mundial, inclusive na Ásia e nas Américas, que certamente devem evoluir para aproximar os países dessas regiões por meio da formação de blocos econômicos, cujo início poderá ser a sugerida integração entre as economias da China e dos países do Mercosul.

Conclusão



o longo dos últimos 20 anos, a China tem se mantido como um dos países de maior crescimento econômico, o que lhe conferiu uma posição de destaque no concerto das nações. Atualmente, é a sexta economia mundial, o principal país receptor de investimentos externos diretos, tem o terceiro maior estoque de capitais externos, da ordem de US\$ 450 bilhões e suas exportações passaram de

US\$ 9,7 bilhões em 1978 para US\$ 438,0 bilhões em 2003, sendo promissoras as projeções oficiais e as realizadas por organismos internacionais e pesquisadores independentes.

Esse desempenho decorre, principalmente, da substituição gradual do modelo de economia planificada adotado por Mao Tse Tung, pelo modelo de economia de mercado e abertura para o exterior, iniciado em 1978, por Deng Xiaoping. A preservação do regime político e a estratégia de gradualismo das reformas econômicas, inclusive as iniciativas de privatização, contribuíram para assegurar a unidade nacional e a estabilidade nos domínios econômico e político. Pouco a pouco, à luz das evidências de acerto das reformas, retratadas na prosperidade econômica, a adoção do modelo de economia de mercado recebe o apoio do Partido Comunista Chinês, que em 1992 adere oficialmente à economia de mercado socialista.

O programa de reformas adotado pela China, denominado de modernização do país, abrange as áreas de agricultura, indústria, defesa nacional, ciência e tecnologia, sendo que na área econômica foi iniciado pelo setor agrícola. A partir de meados da década de 80, volta-se para a promoção do desenvolvimento industrial, inclusive na zona rural, baseado na criação de zonas econômicas especiais com o objetivo de atrair investimentos externos diretos e promover as exportações. Concomitante a esse esforço, é empreendida a descentralização administrativa do poder central e iniciada a reforma das empresas do Estado, que são gradualmente privatizadas, exceto as que operam nas áreas de infra-estrutura, consideradas estratégicas.

A abertura externa da China foi concentrada no setor industrial e nas zonas especiais de exportação, que funcionaram como um laboratório de experimentação e aprendizado capitalista, só recentemente estendido de forma tímida para as demais regiões, que permaneceram estagnadas ou pouco se desenvolveram, sobretudo no norte do país, o que provocou fortes desigualdades na distribuição setorial e regional da renda. Esse problema é atenuado pelas elevadas e persistentes taxas de crescimento econômico, da ordem de 10% ao ano, mas que, com o elevado desemprego urbano e os excedentes da população rural, suscita a preocupação do governo chinês com o risco de que os problemas sociais provoquem manifestações de protesto, como as da praça Tiananmen, e ameacem a estabilidade política.

Embora seja elevada a taxa de poupança do país, da ordem de 35%, o maciço ingresso de investimentos externos na China, voltados essencialmente para o setor exportador, contribuiu de forma expressiva para sustentar a tendência histórica de acentuado crescimento da economia e das exportações. De uma situação de quase absoluto fechamento do país ao exterior, quando eram inexpressivas as magnitudes de suas relações econômicas internacionais, a China tornou-se, a partir de final dos anos 80, um dos principais receptores de investimentos externos diretos e em 2002 superou os Estados Unidos, quando estes alcançam o valor de US\$ 53 bilhões, em sua maior parte procedentes de Taiwan e Hong-Kong.

No que se refere às exportações, seu crescimento é ainda mais surpreendente, pelo fato de ter sido um dos mais acentuados entre os países líderes no mercado mundial e de ter atingido a mencionada cifra de 438,0 bilhões em 2003, graças à sua elevada competitividade.

Fenômeno análogo ocorreu, também, com as importações, que naquele mesmo ano foram de US\$ 295,2 bilhões, sendo crescente a participação de produtos agrícolas. Nesse ano, a China tornou-se importadora líquida de grãos.

Essa expansão representou excelente oportunidade para o incremento das exportações brasileiras àquele mercado, que se tornou o segundo principal mercado de destino dos produtos brasileiros, dos quais o agronegócio responde por mais de 50%. E são favoráveis as indicações quanto ao impacto da acessão da China na OMC sobre o seu intercâmbio comercial com o resto do mundo, devido à consolidação de grande parte dos compromissos de redução, até 2004, das restrições tarifárias e não tarifárias às importações.

Estima-se que até 2005, o volume das importações chinesas de cereais e oleaginosas deverá experimentar um aumento de aproximadamente 2 milhões e 2,5 milhões de toneladas, respectivamente. As importações de milho poderão alcançar 4,8 milhões de toneladas em 2009, e as de soja em grão 30 milhões em 2011. A concretização dessas estimativas, que para as décadas subseqüentes são ainda mais favoráveis, certamente permitirá que a participação brasileira naquele mercado continue a aumentar, graças à elevada competitividade dos setores agropecuário e agroindustrial, cujas exportações apresentam taxas de crescimento superiores às observadas nos demais setores.

O cenário favorável das relações comerciais entre os dois países fundamenta-se na competitividade e na capacidade de resposta do agronegócio brasileiro aos

estímulos de mercado, e na crescente dependência da China na importação de produtos agropecuários e agroindustriais para assegurar o abastecimento interno, devido às suas limitações estruturais em expandir a produção agropecuária. As disponibilidades de terras agricultáveis são limitadas, a estrutura fundiária é baseada na propriedade coletiva e restringe os ganhos de eficiência produtiva, são graves os problemas de erosão e de disponibilidade de água, e são acentuadas as deficiências de infra-estrutura portuária, de transporte e de comercialização.

Considerando a intensa competição no mercado agrícola internacional, agravada pelo quadro recessivo da economia mundial, e as dificuldades de avanços nas negociações comerciais multilaterais no âmbito da OMC, o aproveitamento das excepcionais possibilidades de maior intercâmbio comercial com a China no setor do agronegócio requer a adoção de políticas agressivas de promoção comercial e de apoio institucional, direcionado principalmente para os pequenos e médios produtores e para os produtos não tradicionais. Seria igualmente recomendável que o governo brasileiro liderasse iniciativas voltadas à criação de uma área de livre comércio entre a China e o Mercosul, cuja orientação pragmática é de diversificação de suas relações bilaterais.

Assim, é importante observar que o acelerado desenvolvimento da China, baseado num modelo de economia aberta voltado à captação de recursos externos de investimento e à promoção das exportações, não apresenta sinais visíveis de esgotamento, apesar do tempo transcorrido desde o início das reformas de modernização do país.

Todas as projeções de longo prazo da economia chinesa apontam para a continuidade desse processo, em que pese os problemas estruturais e as distorções a que esse modelo está sujeito, evidenciadas principalmente na crescente desigualdade distributiva da renda, no desemprego, nas pressões inflacionárias, na ainda elevada presença das empresas do Estado e na estrutura fundiária, porque o país desfruta de condições favoráveis à continuidade do ingresso de investimentos externos diretos e à expansão comercial, determinadas pelo tamanho do seu mercado, pela posição de destaque alcançada pela China no seio da economia regional e no mercado internacional, cuja presença tende a se fortalecer com sua acessão à OMC, assim como pelo fato do processo de modernização do país não ter sido ainda concluído.

Esse é um dado animador para o Brasil, uma vez que a abertura do mercado chinês e sua crescente presença no mercado mundial representam uma grande oportunidade – e não uma ameaça –, pois além dos chineses serem importadores líquidos de produtos agropecuários, não somos um mercado importante para suas exportações, caracterizadas por produtos de baixo valor tecnológico.

A experiência chinesa de desenvolvimento contempla duas estratégias importantes, que se identificam com a realidade brasileira e merecem atenção. Uma delas são as zonas econômicas especiais, que resumem a essência do modelo de abertura da economia da China.

No Brasil, há cerca de duas décadas, foi esboçada a criação de Zonas de Processamento de Exportação – ZPE –, sem que, lamentavelmente, tenham sido implantadas. Entretanto, o momento afigura-se propício à

reconsideração desse assunto em face da decisão do governo, favorável à retomada do crescimento da economia, após duas décadas de semi-estagnação.

A outra estratégia adotada pela China foi a de implantação de agroindústrias no interior do país, mais especificamente na própria zona rural, cuja dimensão e experiência podem servir de referencial para o Brasil, na execução de iniciativas semelhantes voltadas para a solução dos problemas de renda e emprego no campo.

Referências



ABBOTT, M. L. Até 2007, investidor vai preferir México a Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 mar. 2003. Caderno B7.

ARAUJO JÚNIOR, J. T. A economia chinesa e as normas antidumping. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, ano 15, n. 73, p. 32-41, out./dez. 2002.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **Relatório anual 2002**. Brasília, 2002.

BEHIND the mask. **Economist. Com**, New York. Disponível em : <www.economist.com/PrinterFriendlycfm?Story_ID=24951113>. Acesso em: 18 mar 2004.

BO, F. Les silences diplomatiques de la Chine. **Le Monde Diplomatique**, Paris, p. 26, mars 2002.

BOUCHET, C. Le pari de Zhu Rongji: OMC ça passe ou ça casse. **Le Nouvel Observateur**, Paris, p. 24-27, 5-11 juil. 2001.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. **Panorama prospectivo da balança comercial do agronegócio para o ano de 2003**. Brasília, set. 2004. Disponível em: <www.agricultura.gov.br>. Acesso em: set. 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **China**: intercâmbio comercial, tarifas aduaneiras, barreiras em bens e serviços e compromissos na acesso à OMC. Brasília, 2002.

BRUM, A. L. China: O mercado do século XXI. Disponível em: <http://ipd.unijui.tche.br/ipdcidadania/artigo44.doc>. Acesso em: setembro de 2004.

CARTER, C. A.; ROZELLE, S. Will China's agricultural trade reflect its comparative advantage? In: GALE, F. (Ed.) **China's Food and Agriculture**: issues for the 21st Century. Washington, DC: USDA, Economic Research Service-Department of Agriculture, 2002. p. 27-33.

CHEN, F.; WANG, L.; DAVIS, J. Land reform in rural China since the mid-1980s, part 1. **Sd Dimensions**. FAO, 1999. Disponível em: <<http://www.fao.org/sd/Ltdirect/Ltan0031.htm>>. Acesso em: 17 abril 2003

CHINA. Internet Information Center. **Le développement de la agricultura**. 2002. Disponível em: <www.chine.org.cn/french/china2002/index.htm>. Acesso em: jun. 2003.

CHINA. Internet Information Center. **Connaissances générales sur la Chine**. 25 abril 2003. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/fa-changshi/index.htm>>. Acesso em: jun. 2003.

CHINA. Internet Information Center. La théorie de Deng Xiaoping. In: **Le XVIe Congrès du Parti communiste chinois**. Beijing, 2002a. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/french/46083.htm>>. Acesso em: jun. 2003.

CHINA. Internet Information Center. Stratégie « à trois phases » pour le développement chinois. In: **Le XVIe Congrès du Parti communiste chinois**. Beijing, 2002b. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/french/46083.htm>>. Acesso em: jun. 2003.

CHINA. Ministry of Foreign Trade and Economic Cooperation. 2002. Disponível em: <www1.moftec.gov.cn/moftec_en/news/2002_12_02b.html>. Acesso em: jun. 2003.

CHINA. Ministry of Foreign Trade and Economic Cooperation. **East Asia trade bloc to emerge within 20 Years**. Disponível

em: <http://www.cbg.org.cn/cbg/index_em.html>. Acesso em: jun. 2003.

CHINA. National Bureau of Statistics. p. 45(71b), fev. 2003. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/english/index.htm>>. Acesso em: jun. 2003.

CHINA Economy : is the wakening giant a monster ? **Economist**, London, 13 feb 2003.

COELHO, C. N. O Brasil e o novo modelo de desenvolvimento da China. **Revista de Política Agrícola**. Brasília, v. 5, n. 2, p. 37-58, abr./jun. 1996.

COHEN, S. S. Le commerce mondial otage de la Chine? **Le Monde Diplomatique**, Paris, p. 18-19, janv. 1998.

COMÉRCIO no mundo deve crescer 2%. **Estado**, São Paulo, 23 abril 2003.

CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA CHINÊS, 16. Disponível em: <www.chin.org.cn/french/46083.htm>. Acesso em: jul. 2003.

CROOK, F. W.; COLBY, W. H. **The future of China's grain market**. Washington: USDA, 1996. Disponível em: <<http://ers.usda.gov/publications/aib730>>. Acesso em: jun. 2003.

DU, Y. **China's agricultural restructuring and system reform under its accession to WTO**. Paris: Organization for Economic Co-operation and Development – OECD, 2001.

EIU -The Economist Intelligence Unit. **Country profile 2000**: China, Mongólia. [Londres], 2000. p. 41.

ENCYCLOPEDIA YAHOO. **Agriculture**. China, 2003a. Disponível em: <http://fr.encyclopedia.yahoo.com/articles/cl/cl_755_pl.html>. Acesso em: 23 jun. 2004.

ENCYCLOPEDIA YAHOO. **Ressources minérales et énergétiques**. China, 2003b. Disponível em: <http://fr.encyclopedia.yahoo.com/articles/cl/cl_755_pl.html#cl_755.74>. Acesso em: 23 jun. 2004.

ESTADOS UNIDOS. Department of Agriculture. **Briefing room**: China: policy. 2002. Disponível em: <<http://ers.usda.gov/Briefing/China/tradepolicy.htm>>. Acesso em: jun. 2003a.

ESTADOS UNIDOS. Department of Agriculture. **Briefing room**: China: Trade. 2003. Disponível em: <<http://ers.usda.gov/Briefing/China/trade.htm>>. Acesso em: jun. 2003b.

FAO. **The state of food and agriculture 2002**. Rome, 2002.

FMI. **Internacional Financial Statistics**, Washington, v. 56, n. 3, p. 924, 2003.

FULLER, F.; TUAN, F.; WAILES, E. **Rising demand for meat: who will feed China's hogs?** In: GALE, F. (Coord.) **China's Food and Agriculture: issues for the 21st Century**. Washington, DC: USDA-Economic Research Service-Department of Agriculture, 2002. p. 17-19.

GALE, F. **China at a glance**: a statistical overview of China's food and agriculture. Washington: USDA - Economic Research Service, 2002. p. 5-9.

GALE, F. (Coord.). **China's food agriculture**: issues for the 21st century. Washington: USDA-Economic Research Service-Department of Agriculture, 2002.

GALE, F. China's statistics : are they reliable ?. In: GALE, F. (Coord.). **China's food and agriculture**: issues for the 21st century. Washington: USDA, Economic Research Service, 2002. p. 50-53.

GALE, F. Regions of China: one market or many? In: GALE, F. (Coord.). **China's food and agriculture**: issues for the Issues for 21st century. Washington : USDA, Economic Research Service, 2002. p.21-23.

GALE, F.; LOHMAR, B. **China**: en route to a new role in global agriculture. Washington: USDA, 2002. Special articles.

GAUTHIER, U. L'automne du Parti. **Le Nouvel Observateur, Paris**, 5-11 juil. 2001.

GAUTHIER, U. La deuxième mort du président Mao: l'autonomie du Parti. **Le Nouvel Observateur**, Paris, 5-11 juil. 2001.

GAUTHIER, U.; WEILL, C. Chine: le dragon instable. **Le Nouvel Observateur**, Paris, 5-11 juil. 2001.

GILMOUR, B.; GALE, F. A maturing retail sector: wider channels for food imports? In: GALE, F. (Coord.). **CHINA'S food and agriculture: issues for the 21st century**. Washington: USDA - Economic Research Service, 2002a.

GILMOUR, B.; GALE, F. Transportation and distribution: will bottlenecks be eliminated? In: GALE, F. (Coord.). **CHINA'S food and agriculture: issues for the 21st century**. Washington: USDA - Economic Research Service, 2002b. p. 24-26.

GOLUB, S. P. Une « ville globalisée »: Shanghai, vitrine du capitalisme chinois. **Le Monde Diplomatique**, Paris, p. 22, août 2000.

HSU, H. **Policy changes continue to affect China's oilseeds trade mix**. Washington: USDA - Economic Research Service, 2002. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/french/china2002/index.htm>>. Acesso em: jun. 2003.

HSU, H.; CHERN, W. S.; GALE, F. **How will rising income affect the structure of food demand?** In: GALE, F. (Coord.). **CHINA'S food and agriculture: issues for the 21st century**. Washington: USDA - Economic Research Service, 2002. p. 10-13.

HUI, W. Aux origines du néolibéralisme en Chine. **Le Monde Diplomatique**, Paris, p. 20-21, 2002.

INTERNATIONAL FINANCIAL CORPORATION. **China's emerging private enterprises: prospects for the new century**. Washington, 2000.

INDIA'S fear of China. **Economist.com**, New York, 24 Jun. 2003. Disponível em: <www.economist.com/agenda/PrinterFriendly.cfm?Story_ID=1871346>. Acesso em: jul. 2003.

IS THE WAKENING giant a monster? **The Economist**, 13 Feb 2003.

KUNTZ, R. Mais quatro anos medíocres, nas projeções. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 24 abr. 2003.

LA CHINE s'impose comme "l'atelier du monde". **Le Monde**, Paris, 08 sept. 2003. Disponível em: <<http://www.lemonde.fr>>. Acesso em: set. 2003.

LOHMAR, B. **China's continued growth leaves agriculture facing changes**. Washington: USDA, Economic Research Service, 2002.

MANGIN, M. Inquiétante vague de chômage. **Le Monde Diplomatique, Paris**, p. 16-17, déc. 2000.

MARIN, D. C. China já é o segundo mercado para o Brasil. **O estado de São Paulo**, São Paulo, 04 jun. 2003.

MISSING Something? **Economist**, London, 27 June 2003.

OCDE, **China's agriculture in the international trading system**. Paris, 2002a, p. 52-56, 184-187.

OCDE. **La Chine dans l'économie mondiale**: les enjeux de politique économique intérieure. Paris, 2002b.

OCDE. **Ouverture économique et croissance en Chine**. Paris, 1999, p. 7, 9, 10, 21, 57.

OLIVEIRA, C. T. **O despertar da China: 1980-2002**. 2. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

ONAROLL. **Economist.com**, New York, 27 Jun. 2003. Disponível em: <http://www.economist.com/agenda/PrinterFriendly.cfm?Story_ID=1872018>. Acesso em: jul. 2003.

PINHEIRO, A. C. Como vencer o desafio das exportações? **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, ano 15, n. 72, p. 18-22, jul./set. 2002.

ROCCA, J. L. Après la mort de Deng Xiaoping: paradoxale modernisation de la Chine. **Le Monde Diplomatique**, Paris, p. 20 mars 1997.

ROCCA, J. L. Conséquences sociales d'une grande mutation. **Le Monde Diplomatique**, Paris, p. 16-17, janv. 1999.

ROLAND, L. Les cinquante ans de la République Populaire. **Le Monde Diplomatique**, Paris, oct. 1999.

ROLAND, L. Pour éviter un chaos à la Russe. **Le Monde Diplomatique**, Paris, nov. 1997.

STAMBERGER, B. M. La ferme du monde. **L'Express**, 7 juin 2004. Disponível em: <<http://www.lexpress.fr/formatimp/default.asp?idarticle=428017&url-http://www.lexpress.fr>>. Acesso em: maio 2003.

STIGLITZ, J. E. **La grande désillusion**. Paris: Fayard, 2002. **Internacional**, Brasília, ano 45, n. 2, p. 82-113, 2002.

THUROW, L.C. **The future of capitalism: how today's economic forces shape tomorrow's world**. New York: William Morrow, 1996.

USDA Economic Research Service. **Agricultural Outlook**, April 2002.

USDA Economic Research Service. **China: trade**, 2002. Disponível em: <www.ers.usda.gov/Briefing/China/Tradepolicy.htm>. Acesso em: maio 2003.

USTR - United States Trade Representative. **2002 report to Congress on China's WTO compliance**. Washington, 2003.

VELLOSO, J. P. R.; LEITE, A. D. **O novo governo e os desafios do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

XIAOPING, D. **Selected works of Deng Xiaoping (1975-1982)**. Beijing, China: Foreign Language Press, 1984. p. 171-180.

XIAOYUN, L.; CHANGSHENG, Z.; TSCHIRLEY, J. B. et al. Sustainable agriculture and rural development in China. Part 1: The agro-ecosystem and China's rural economy. **SdDimensions**. Roma: FAO, 1997. Disponível em: <<http://www.fao.org>> .

Títulos Lançados



Nº 1 – A pesquisa e o problema de pesquisa: quem os determina?
Ivan Sergio Freire de Sousa

Nº 2 – Projeção da demanda regional de grãos no Brasil: 1996 a 2005
Yoshihiko Sugai, Antonio Raphael Teixeira Filho, Rita de Cássia Milagres Teixeira Vieira e Antonio Jorge de Oliveira

Nº 3 – Impacto das cultivares de soja da Embrapa e rentabilidade dos investimentos em melhoramento
Fábio Afonso de Almeida, Clóvis Terra Wetzel e Antonio Flávio Dias Ávila

Nº 4 – Análise e gestão de sistemas de inovação em organizações públicas de P&D no agronegócio
Maria Lúcia D'Apice Paez

Nº 5 – Política nacional de C&T e o programa de biotecnologia do MCT
Ronaldo Mota Sardenberg

Nº 6 – Populações indígenas e resgate de tradições agrícolas
José Pereira da Silva

Nº 7 – Seleção de áreas adaptativas ao desenvolvimento agrícola, usando-se algoritmos genéticos
Jaime Hidehiko Tsuruta, Takashi Hoshi e Yoshihiko Sugai

Nº 8 – O papel da soja com referência à oferta de alimento e demanda global
Hideki Ozeki, Yoshihiko Sugai e Antonio Raphael Teixeira Filho

Nº 9 – Agricultura familiar: prioridade da Embrapa
Eliseu Alves

Nº 10 – Classificação e padronização de produtos, com ênfase na agropecuária: uma análise histórico-conceitual
Ivan Sergio Freire de Sousa

Nº 11 – A Embrapa e a aquíicultura: demandas e prioridades de pesquisa
Júlio Ferraz de Queiroz, José Nestor de Paula Lourenço e Paulo Choji Kitamura (eds.)

Nº 12 – Adição de derivados da mandioca à farinha de trigo: algumas reflexões

Carlos Estevão Leite Cardoso e Augusto Hauber Gameiro

Nº 13 – Avaliação de impacto social de pesquisa agropecuária: a busca de uma metodologia baseada em indicadores

Levon Yeganiantz e Manoel Moacir Costa Macêdo

Nº 14 – Qualidade e certificação de produtos agropecuários

Maria Conceição Peres Young Pessoa, Aderaldo de Souza Silva e Cilas Pacheco Camargo

Nº 15 – Considerações estatísticas sobre a lei dos julgamentos categóricos

Geraldo da Silva e Souza

Nº 16 – Comércio internacional, Brasil e agronegócio

Luiz Jésus d'Ávila Magalhães

Nº 17 – Funções de produção – uma abordagem estatística com o uso de modelos de encapsulamento de dados

Geraldo da Silva e Souza

Nº 18 – Benefícios e estratégias de utilização sustentável da Amazônia

Afonso Celso Candeira Valois

Nº 19 – Possibilidades de uso de genótipos modificados e seus benefícios

Afonso Celso Candeira Valois

Nº 20 – Impacto de exportação do café na economia do Brasil – análise da matriz de insumo-produto

Yoshihiko Sugai, Antônio R. Teixeira Filho e Elisio Contini

Nº 21 – Breve história da estatística

José Maria Pompeu Memória

Impressão e acabamento
Embrapa Informação Tecnológica